



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVII — Nº 90

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA 4 DE JULHO DE 1962

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 12 de julho do ano em curso no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 2.654-C-57, na Câmara e nº 45-61, no Senado, que eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei nº 3 727-B-53, na Câmara e nº 66-54, no Senado, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1953.

Senado Federal, em 20 de junho de 1962. — Auro Moura Andrade, Presidente.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70 § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 10 de julho do ano em curso, às 20.30 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 4.003, de 1962 na Câmara e nº 21, de 1962 no Senado) que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores da União, institui empréstimos compulsórios, altera legislação do imposto de renda, autoriza emissão de títulos de recuperação financeira, modifica legislação sobre emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Senado Federal, em 15 de junho de 1962. — Auro Moura Andrade, Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade — PSD.

Vice-Presidente — Rui Palmeira — UDN.

Primeiro-Secretário — Argemiro de Figueiredo — PTB.

Segundo-Secretário — Gilberto Marinho — PSD.

Terceiro-Secretário — Mourão Vieira — UDN.

Quarto-Secretário — Novaes Filho — PL.

Primeiro-Suplente — Mathias Olympio — PTB.

Segundo-Suplente — Guido Mondin — PSD.

Terceiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

DA MAIORIA

LÍDER

Filinto Müller (PSD)

VICE-LÍDER

Lima Teixeira (PTB),
Nogueira da Gama (PTU),
Lobão da Silveira (PSD),
Victorino Freire (PSD),
Jefferson de Aguiar (PSD),
Guido Mondin (PSD),
Jorge Maynard (PSP),
Saulo Ramos (PTB).

DA MINORIA

João Villasboas — (UDN)

SENADO FEDERAL

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

LÍDER

Benedito Valladares.

VICE-LÍDERES

Gaspar Veloso,
Victorino Freire,
Alô Guimarães.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

LÍDER

Daniel Krieger.

VICE-LÍDERES

Afonso Arinos.

Afrânio Lages.

Padre Calazans.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

LÍDER

Barros Carvalho

VICE-LÍDERES

Pausto Casarai,
Armando Rodrigues,
Nelson Maculan

DO PARTIDO LIBERTADOR

LÍDER

Mem de Sá.

VICE-LÍDER

Aloysio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

LÍDER

Jorge Maynard.

VICE-LÍDER

Miguel Couto.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

LÍDER

Lino de Mattos.

DO MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

LÍDER

Paulo Pender.

DO PARTIDO REPUBLICANO

LÍDER

Mendonça Clark.

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Paulo Coelho — Amazonas.
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Victorino Freire — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Eugênio Barros — Maranhão.
6. Menezes Pimentel — Ceará.
7. Ruy Carneiro — Paraíba.

8. Jarbas Maranhão — Pernambuco.
9. Silvestre Pérciles — Alagoas.
10. Ary Vianna — Espírito Santo.
11. Jefferson Aguiar — Espírito Santo.
12. Gilberto Marinho — Guanabara.
13. Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.
14. Moura Andrade — São Paulo.
15. Gaspar Veloso — Paraná.
16. Alô Guimarães — Paraná.
17. Guido Mondin — Rio Grande do Sul.
18. Benedito Valladares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller — Mato Grosso.
20. Juscelino Kubitschek (Licenciado, Em exercício o Sr. José Falciano) — Goiás.
21. Pedro Ludovico — Goiás.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

1. Mourão Vieira — Amazonas.
2. Zacarias de Assunção — Pará.
3. Joaquim Parente — Piauí.
4. Fernandes Tavora — Ceará.
5. Reginardo Fernandes — Rio.
6. Sergio Marinho — Rio Grande do Norte.
7. João Arruda — Paraíba.
8. Afrânio Lages — Alagoas.
9. Rui Palmeira — Alagoas.
10. Heribaldo Vieira — Sergipe.

- 11 Ovidio Teixeira — Bahia.
- 12 Del Caro — Espírito Santo.
- 13 Afonso Arinos — (licenciado. Em exercício o suplente Venâncio Igrejas) — Guanabara.
- 14 Padre Calazans — São Paulo.
- 15 Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
- 16 Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
- 17 Milton Campos — Minas Gerais.
- 18 João Villasboas — Mato Grosso.
- 19 Lopes da Costa — Mato Grosso.
- 20 Coimbra Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

- 1 Vivaldo Lima — Amazonas.
 - 2 Mathias Olympio — Piauí.
 - 3 Fausto Cabral — Ceará.
 - 4 Arsenio de Figueiredo Paraiíba.
 - 5 Barros Carvalho — Pernambuco.
 - 6 Lourival Fontes — Sergipe.
 - 7 Lima Teixeira — Bahia.
 - 8 Caiado de Castro — Guanabara.
 - 9 Arlindo Rodrigues — Rio
 - 10 Miguel Couto — Rio de Janeiro.
 - 11 Nelson Maculan — Paraná.
 - 12 Saulo Ramo — Santa Catarina.
 - 13 Nogueira da Gama — Minas Gerais.
- Licenciado o Sr. Leônidas Mello — (Piauí). Em exercício o Suplente, Sr. Mendonça Clark (do PR).

PARTIDO LIBERTADOR

1. Novaes Filho — Pernambuco.
2. Aloisio de Carvalho — Bahia.
3. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. José Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1. Lino de Matos — São Paulo.
- #### MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

1. Paulo Fender — Pará.

PARTIDO REPUBLICANO (P R)

1. Mendonça Clark — Piauí.

SEM LEGENDA

Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente
 Arsenio de Figueiredo
 Gilberto Marinho
 Mourão Vieira
 Novaes Filho
 Mathias Olympio
 Guido Mondin
 Joaquim Parente (9).
 Rui Palmeira

Comissão de Constituição e Justiça

PSD — Jefferson de Aguiar — Presidente.
 UDN — Milton Campos — Vice-Presidente.
 PSD — Silvestre Pericles
 PSD — Ruy Carneiro
 PSD — Lobão da Silveira
 UDN — Heribaldo Vieira
 UDN — Afonso Arinos
 UDN — Afrânio Lages
 PTB — Lourival Fontes
 PTB — Nogueira da Gama
 PL — Aloisio de Carvalho (11)

SUPLENTE

PSD — 1. Ary Vianna.
 PSD — 2. Benedito Valladares
 PSD — 3. Gaspar Veloso
 PSD — 4. Menezes Pimentel
 UDN — 1. João Villas Boas
 UDN — 2. Daniel Krieger
 UDN — 3. Sergio Marinho
 UDN — 4. Lopes da Costa
 PTB — 1. Barros Carvalho

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 103,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

PTB — 2. Lima Teixeira
 PL — 1. Mem de Sá.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Economia

PSD — Gaspar Veloso — Presidente.
 PTB — Fausto Cabral — Vice-Presidente.
 UDN — Sérgio Marinho
 UDN — Fernandes Iavora
 UDN — Del Caro
 UDN — João Arruda
 PSD — Alô Guimarães
 PSD — Paulo Penpel
 PTB — Nogueira da Gama (9)

SUPLENTE

PSD — 1. Eugênio Barros
 PSD — 2. Sebastião Archer
 PSD — 3. Alô Guimarães
 UDN — 1. Irineu Bornhausen
 UDN — 2. Ovidio Teixeira
 UDN — 3. Zacharias de Assumpção
 UDN — 4. Sergio Marinho
 PTB — 1. Lima Teixeira
 PTB — 2. Saulo Ramos

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Agricultura

PTB — Nelson Maculan — Presidente.
 PSD — Eugênio Barros — Vice-Presidente.
 PSD — Alô Guimarães
 PSD — Paulo Fernandes
 UDN — Lopes da Costa
 UDN — Ovidio Teixeira
 PTB — Fausto Cabral (7)

SUPLENTE

PSD — Pedro Ludovico
 PSD — Jefferson de Aguiar

PSD — Sebastião Archer
 UDN — Del Caro
 UDN — Irineu Bornhausen
 PTB — Caiado de Castro
 PTB — Lima Teixeira

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Secretário: José Aristides de Moraes Filho.

Comissão de Educação e Cultura

PSD — Menezes Pimentel — Presidente.
 PL — Mem de Sá — Vice-Presidente.
 PSD — Jarbas Maranhão
 PTB — Saulo Ramos
 PTB — Arlindo Rodrigues
 UDN — Reginado Fernandes
 UDN — Padre Calazans

SUPLENTE

PSD — Lobão da Silveira
 PSD — Alô Guimarães
 UDN — Lino de Matos (do PTN)
 PTB — Caiado de Castro
 PTB — Lima Teixeira
 PL — Aloisio de Carvalho

Reuniões: às quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário: Evandro Fonseca Paranaíba.

Comissão de Finanças

UDN — Daniel Krieger — Presidente.
 PSD — Ary Vianna — Vice-Presidente.
 PSD — Eugênio Barros
 PSD — Paulo Coelho
 PSD — Gaspar Veloso
 PSD — Lobão da Silveira
 PSD — Victorino Freire
 UDN — Irineu Bornhausen
 UDN — Fernandes Iavora
 UDN — Lopes da Costa
 PTN — Lino de Matos
 PTB — Nogueira da Gama
 PTB — Barros Carvalho

PTB — Saulo Ramos
 — Dix-Huit Rosado
 PL — Mem de Sá (17).

SUPLENTE

PSD — Silvestre Pericles
 PSD — Ruy Carneiro
 PSD — Jarbas Maranhão
 PSD — Menezes Pimentel
 PSD — Pedro Ludovico
 PSD — Plínio Müller
 UDN — Coimbra Bueno
 UDN — Zacharias de Assumpção
 UDA — João Arruda
 UDN — Milton Campos
 UDN — João Villasboas
 UDN — Del Caro
 PTB — Fausto Cabral
 PTB — Vivaldo Lima
 PTB — Arlindo Rodrigues
 PTB — Caiado de Castro
 PTB — Lima Teixeira
 PL — Aloisio de Carvalho

Reuniões: Quintas-feiras às 15 horas.

Secretário — Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Legislação Social

PTB — Lima Teixeira — Presidente.
 PSD — Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
 PSD — Lobão da Silveira
 PSD — Menezes Pimentel
 UDN — Afonso Arinos
 UDN — Lopes da Costa
 UDN — Afrânio Lages
 PTB — Caiado de Castro
 PTB — Arlindo Rodrigues (9)

SUPLENTE

PSD — 1. Sebastião Archer
 PSD — 2. Silvestre Pericles
 PSD — 3. Eugênio Barros
 UDN — 1. Dix-Huit Rosado
 UDN — 2. Padre Calazans
 UDN — 3. Heribaldo Vieira
 PTB — 1. Barros Carvalho
 PTB — 2. Lourival Fontes
 PTB — 3. Nelson Maculan.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Relações Exteriores

PTB — Vivaldo Lima — Presidente.
 UDN — João Villasboas — Vice-Presidente.
 UDN — Afrânio Lages.
 UDN — Heribaldo Vieira.
 PSD — Benedito Valladares.
 PSD — Gaspar Veloso.
 PSD — Plínio Müller.
 PTB — Lourival Fontes.
 PL — Aloisio de Carvalho (9).

SUPLENTE

UDN — Milton Campos.
 UDN — João Arruda.
 UDN — Sergio Marinho
 PSD — Menezes Pimentel.
 PSD — Jefferson de Aguiar.
 PSD — Alô Guimarães.
 PTB — Nogueira da Gama.
 PTB — Barros Carvalho.
 PL — Mem de Sá.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16,00 horas.

Secretário: Eurico Gory Auler.

Comissão de Redação

TITULAR

Sérgio Marinho — Presidente (UDN)
 Ary Vianna — Vice-Presidente (PSD)
 Alô Guimarães (PSD)
 Afonso Arinos (UDN)
 Lourival Fontes (PTB)
 1. Padre Calazans (UDN)
 2. Heribaldo Vieira (UDN)
 1. Caiado de Castro (PTB)
 2. Lobão da Silveira (PSD)

Secretário — Sara Abraão — Ofício Legislativo.

Reunião — Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

UDN — Reginaldo Fernandes —
Presidente.
PSD — Alô Guimarães — Vice-
Presidente.
UDN — Fernandes Távora.
PSD — Pedro Ludovico.
PTB — Saulo Ramos — (5)

SUPLENTE:

PSD — Eugênio Barros.
PSD — Jarbas Maranhão.
UDN — Lopes da Costa.
UDN — Sérgio Marinho.
PTB — Arlindo Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 ho-
ras.

Secretário: Eduardo Ruy Barbosa.

Comissão de Segurança Nacional

UDN — Zacarias Assumpção —
Presidente.
PSD — Jarbas Maranhão — Vice-
Presidente.
PSD — Jefferson de Aguiar.
PSD — Silvestre Péricles.
UDN — Sérgio Marinho.
PTB — Calado de Castro.
PTB — Arlindo Rodrigues (7).

SUPLENTE:

PSD — Ruy Carneiro.
PSD — Jorge Maynard.
PSD — Victorino Freire.
UDN — João Arruda.
UDN — Afrânio Lages.
PTB — Saulo Ramos.
PTB — Nelson Maculan.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 ho-
ras.

Secretário: Julieta Ribeiro dos San-
tos.

**Comissão de Transportes,
Comunicações e Obras Públicas**

PSD — Jorge Maynard — Presi-
dente.
UDN — Coimbra Bueno — Vice-
Presidente.
PSD — Victorino Freire.
UDN — João Arruda.
PTB — Fausto Cabral (5).

SUPLENTE:

PSD — Jefferson de Aguiar.
PSD — Paulo Coelho.
UDN — Sérgio Marinho.
UDN — Lino de Mattos.
PTB — Nelson Maculan.

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00
horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias.

**Comissão de Serviço Público
Civil**

PI — Aloysio de G.valho — Pre-
sidente.
PSD — Jarbas Maranhão — Vice-
Presidente.
PSD — Silvestre Péricles.
UDN — Padre Calazans.
UDN — Coimbra Bueno.
PTB — Calado de Castro.
PTB — Fausto Cabral.

SUPLENTE:

PSD — Ruy Carneiro.
PSD — Benedito Valadares.
UDN — Sérgio Marinho.
UDN — Reginaldo Fernandes.
PTB — Nelson Cabral.
PL — Mem de Sá.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 ho-
ras.

Secretária: Italiana Cruz Alves.

ATAS DAS COMISSÕES**Comissão de Finanças**

23ª REUNIAO, EM 3 DE JULHO
DE 1962

As 16 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Fernandes Távora, presentes os Srs. Senadores Nogueira da Gama, Fausto Cabral, Eugênio Barros, Gaspar Veloso, Barros Carvalho, Lopes da Costa, D. Huit Rosado e Menezes Pimentel, reúne-se a Comissão de Finanças.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Fausto Cabral, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1962, que isenta do imposto de importação, o equipamento telefônico importado pela Companhia Telefônica de Pernambuco.

Em discussão, é o parecer do Senhor Relator aprovado sem restrições.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

**ATA DA 83ª SESSÃO, DA 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA
4ª LEGISLATURA, EM 3 DE
JULHO DE 1962**

PRESIDENCIA DOS SRS. ARGEMI-
RO DE FIGUEIREDO E GILBERTO
MARINHO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se
presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Vivaldo Lima —
Zacarias de Assumpção — Victorino
Freire — Sebastião Archer — Eugênio
Barros — Mendonça Clark — Joaquim
Pereira — Fausto Cabral — Fernan-
des Távora — Menezes Pimentel —
Sérgio Marinho — D. Huit Rosado —
Argemiro de Figueiredo — Ruy
Carneiro — Nogueira Filho — Barros
Carvalho — Ruy Palmeira — Silves-
tre Péricles — Lourival Fontes — Oví-
dio Teixeira — Lima Teixeira — Del
Cero — Jefferson de Aguiar — Arlin-
do Rodrigues — Calado de Castro —
Gilberto Marinho — Venâncio Igrejas —
Benedito Valadares — Nogueira da
Gama — Milton Campos — Lino de
Mattos — Padre Calazans — Pedro
Ludovico — Coimbra Bueno — José
Feliciano — João Villasboas — Filin-
to Müller — Lopes da Costa — Alô
Guimarães — Gaspar Veloso — Nel-
son Maculan — Saulo Ramos — Iri-
neu Bornhausen — Guido Mondini —
(41).

C. SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o compa-
recimento de 44 Srs. Senadores. Ha-
vendo número legal, declaro aberta a
sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. Segundo Secretário pro-
cede à leitura da ata da sessão
anterior, que é sem debate apro-
vada.

O Sr. Primeiro Secretário lê o
seguinte

EXPEDIENTE

Ofícios:

— do ex-Presidente do Conselho de
Ministros, nº 30 (nº de origem 280),
de 15 de junho — Comunica haverem
sido solicitadas do Ministério do Tra-
balho as informações pedidas pelo Se-
nhor Senador Afrânio Lages em seu
Requerimento nº 290, de 1962;

— do Sr. Primeiro Secretário da Câ-
mara dos Deputados, de 20 de junho,
comunicando a aprovação, naquela

Casa, de emendas do Senado a pro-
posições legislativas a saber:

Of. 1.024, de referência ao Proje-
to de Lei da Câmara nº 6, de 1960,
que dispõe sobre a Caixa de Assistên-
cia dos Advogados.

Of. 1.603, relativamente ao Projeto
de Lei da Câmara nº 115, de 1951, que
cria Juntas de Conciliação e Julga-
mento nas 2ª, 4ª, 6ª, 8ª Regiões da
Justiça do Trabalho e das outras pro-
vidências.

**Pareceres ns. 233, 234 e 235,
de 1962**

Da Comissão de Constituição e
Justiça, sobre o Projeto de Lei
do Senado nº 34, de 1961, que
dispõe sobre o ingresso no magis-
tério militar.

Relator: — Sr. Calado de Castro.
O eminente Senador Geraldo Lind-
gren, afirmando:

a) que a discriminação até aqui
existente no Exército, impedindo o
livre concurso de militares de todas
as graduações e pertencentes a qual-
quer quadro, não tem mais cabimen-
to;

b) que sargentos há que, depois de
um longo preparo universitário, não
podem concorrer ao magistério;

c) que Oficiais do Quadro Auxiliar
já diplomados por Faculdade de Fi-
losófia e com longa prática no ma-
gistério civil também não têm aces-
so ao Magistério Militar;

d) que, enquanto isso, Oficiais
combatentes sem curso em Faculda-
de de Filosofia podem fazer os res-
pectivos concursos;

e) que as restrições apontadas são
ainda menos cabíveis se considera-
mos que ao Sargento sem qualquer
curso equivalente ao ginásio ou ciên-
tífico, se concede acesso ao Quadro
de Oficiais, equiparando-os aos oriun-
dos da Academia Militar das Agulhas
Negras; e

f) que o ingresso no magistério de-
ve ser garantido a quem estiver re-
gularmente habilitado, visto tratar-se
de uma profissão de características
próprias.

apresentou à consideração desta
Casa o presente projeto, dispon-
do sobre o ingresso no magistério mi-
litar.

II — Pelo projeto (art. 1º) se es-
tabelece que o ingresso no Magistério
Militar far-se-á por concurso de pro-
vas e títulos, assegurando-se (art.

2º) a qualquer militar da Ativa ou
da Reserva Remunerada o direito de
disputar a cadeira, apenas se li-
xigindo os seguintes requisitos:

a) mínimo de dez anos de serviço
e máximo de 45 anos de idade;

b) diploma de Bacharelado e Li-
cenciado na matéria ou matérias qu-
pretender lecionar;

c) boa conduta e reputação ilibada,
testemunhada pelos três últimos Che-
fes ou Comandantes; e

d) gozo de perfeita saúde física e
mental.

Dispõe ainda o projeto (art. 3º)
que os títulos referidos na letra b
valerão sempre o dobro da soma dos
valores fixados para os demais apre-
sentados e que a sua regulamentação
(parágrafo único) será feita por uma
comissão mista das Forças Armadas.

III — O exame do mérito da Pro-
posição cabe às Comissões de Segu-
rança Nacional e de Educação e
Cultura.

IV — Do ponto de vista constitu-
cional e jurídico, o projeto, por sinal
de cunho eminentemente democráti-
co, e que visa a estabelecer, para o
magistério militar, uma seleção ape-
nas de competências, nada apresen-
ta que o invalide e, dessa maneira,
Opinamos por sua constitucionalida-
de, devendo ser ouvida a Comissão
de Segurança Nacional.

Sala das Comissões, em 18 de ja-
neiro de 1961. — Lourival Fontes,
Presidente. — Calado de Castro, Re-
lator. — Ary Vianna, Menezes Pi-
mentel, Daniel Krieger, Ruy Carnei-
ro, Milton Campos e Francisco Gal-
lotti.

Nº 234, DE 1962

Da Comissão de Segurança
Nacional sobre o Projeto de Lei
do Senado nº 34, de 1961, que
dispõe sobre o ingresso no magis-
tério militar.

Relator: Sr. Silvestre Péricles.

Trata-se de projeto de lei, apre-
sentado pelo Ilustre Senador Geraldo
Lindgren, visando a assegurar a
todos os militares da ativa ou da
reserva remunerada o ingresso no
Magistério Militar, mediante concu-
so de provas e títulos desde que at-
tistiquem os requisitos estabelecidos
no art. 2º, quais sejam:

a) ter no mínimo dez anos de
serviço e não ter mais de 45 anos de
idade;

b) possuir os diplomas de Bacha-
relado e Licenciado na matéria ou
matérias que pretenda lecionar;

c) estar na boa conduta e gozar
de reputação ilibada, conceituada
pelos três últimos Chefes ou Co-
mandantes;

d) gozar de perfeita saúde física
e mental.

2. A douta Comissão de Consti-
tuição e Justiça, ouvida a respeito,
opinou pela constitucionalidade do
projeto.

3. Vindo o assunto ao exame desta
Comissão, o Marechal-Presidente
houve por bem, a pedido do Sena-
dor Francisco Gallotti, solicitar a
audiência dos ministros militares.

4. Os órgãos técnicos das Forças
Armadas foram unânimes em afirmar
que o disposto no projeto é oportu-
no e inconveniente aos interesses
das três Forças Armadas, pelas se-
guintes razões:

1º não haver qualquer justifica-
tiva para que a admissão no magis-
tério militar seja regida por uma só
lei abrangendo as três Forças, uma
vez que a instrução em cada uma
delas obedece a características pró-
prias, não existindo, na grande maio-
ria, cursos equivalentes entre o Exer-
cito, a Marinha e a Aeronáutica —

o que impossibilita a existência de
qualificações básicas e idênticas pra
todos os membros do Magistério Mi-
litar;

2º que o projeto é omissso quan-
to ao processamento dos concursos
previstos quanto à situação hierárquica
dos professores militares, etc.;

3º que se encontra em fase final
de tramitação no Congresso Nacional
o projeto de lei dispondo sobre o
Magistério da Marinha — que con-
sulta aos interesses da Marinha —
e que, se aprovados os dois projetos,
se veria a Marinha em sérias di-
ficuldades de interpretação entre os
dois textos;

4º que o Ministério da Guerra en-
caminhou à Câmara dos Deputados
um projeto de lei (nº 3.667-57) re-
gulando de forma capaz o ingresso
em seu magistério, com a admissão
de elementos da escola, não existin-
do qualquer discriminação entre ca-
pitães e sargentos, mas, tão somente,
a exigência de que o professor mi-
litar tenha um determinado tiroci-
nio mínimo que só é conseguido após
o curso da Academia Militar —

curso de formação de oficial da
ativa — no posto de capitão;

5º que a Aeronáutica não possui
esse Quadro de Magistério Militar
e não cogita de sua criação, uma vez
que a dinâmica de seu ensino exige
uma excepcional mobilidade, sendo
necessária a convocação de valores
tanto dos seus Quadros como dos
das outras Forças Armadas e, até

mesmo, do estrangeiro. Afirmam, ainda, ser o acesso ao oficialato, para os subalternos um coroamento justo para os mais capazes.

5. Como se vê as disposições contidas no projeto não atendem, nem correspondem, aos diversos imperativos considerados indispensáveis à formação do corpo de professores dos diversos Magistérios Militares, f.m.m.s. e estruturados que são de maneira diferente um do outro.

6. Assim, em face de ter sido cabal e unanimemente demonstrado, pelos órgãos técnicos militares, ser o projeto inconveniente aos interesses das Forças Armadas, opino pela sua rejeição.

Sala das Comissões, 5 de junho de 1962. — *Jarbas Maranhão*, Presidente — *Silvestre Pércles*, Relator — *Sérgio Marinho* — *Afrânio Lopes* — *Jorge Maynard*.

Nº 235, DE 1962

Da Comissão de Educação e Cultura ao projeto de lei do Senado nº 34, de 1960, que dispõe sobre o ingresso no magistério militar.

Relator: Sr. Mem de Sá

O projeto de lei do Senado nº 34, de 1960, é de autoria do nobre Senador Geraldo Lindgren, e tem por objetivo dispor sobre o ingresso no magistério militar, assegurando-o a todos os militares da ativa ou da reserva remunerada, mediante os requisitos que enumera.

Trata-se, portanto, de proposição de alcance restrito, concernente exclusivamente ao ingresso no magistério militar, sem sentido geral para o problema do ensino brasileiro.

Sendo assim, Impunha-se a audiência dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica que são os interessados exclusivos na disciplina proposta no projeto. Isto foi feito, a pedido da douta Comissão de Segurança Nacional. Respondendo a consulta, os três se manifestaram radicalmente opostos aos dispositivos sugeridos, demonstrando sua inconveniência. Observam, a propósito, que cada uma das três corporações militares tem interesses específicos e peculiaridades que são e devem ser atendidos por leis próprias. De resto, acaba o Senado de aprovar substitutivo a um projeto de lei, vindo da Câmara, relativo ao ensino militar na Marinha. Também o Exército tem em tramitação no Congresso diploma versando a matéria. E a Aeronáutica informa que seu ensino oferece singularidades que se não coadunam com a determinação que o projeto em exame estabelece.

Depreende-se das informações prestadas que os três Ministérios reputam inconveniente a proposição e a ela se mostram desfavoráveis.

E como só a eles o projeto interessa, não há como recomendá-lo à aprovação do Senado. A Comissão de Educação e Cultura, portanto, acompanhando o parecer da ilustre Comissão de Segurança Nacional, opina pela rejeição do projeto nº 34.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1962.

Menezes Pimentel — Presidente. — *Mem de Sá* — Relator. — *Jarbas Maranhão*. — *Saulo Ramos*. — *Caetano de Castro*.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário

É lido o seguinte:

Requerimento nº 359, de 1962

Nos termos do art. 330, letra C, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1961 (n. 40, de 1960, na Casa de Origem), que aprova o Convênio de Comércio Interregional entre o Brasil e a Bolívia, firmado em 29-3-1958.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1962. — *Afrânio Lages*, líder da U.D.N.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será votado ao fim da Ordem do Dia, na forma do Regimento.

Sobre a mesa outro requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 360, de 1962

Nos termos do art. 330, letra C, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1961 (n. 34, de 1960, na Casa de Origem), que aprova o Convênio Comercial firmado com a Bolívia em 29-3-1958.

Sala das Sessões, 3 de julho de 1962. — *Afrânio Lages*, líder da UDN.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o Regimento Interno, o requerimento será votado ao fim da Ordem do Dia.

Sobre a mesa outro requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e apoiado o seguinte:

Requerimento nº 361, de 1962

Transcrição de matéria dos Anais Nos termos do art. 212, letra V, do Regimento Interno, requero transcrição nos Anais do Senado, do Capítulo 2, de divulgação, nas colunas de "O Globo", de trabalho "O Assalto do Parlamento". São as seguintes as palavras de "O Globo", ao noticiar no seu número de 26-6-62, a oportuna e louvável iniciativa que tomou, de publicar em série, o texto das duras e reais advertências, aos regimes democráticos, que são o conteúdo do depoimento do eminente Parlamentar Tcheco-Eslovaco".

"O Assalto ao Parlamento"

O Globo inicia hoje, 26-6-62, a publicação de "O Assalto ao Parlamento", estudo do Deputado Jan Novak, membro da Assembleia Nacional da Tcheco-Eslováquia, cuja atualidade e oportunidade residem na semelhança dos métodos que são preconizados pelo autor com os que estão sendo empregados atualmente no Brasil. É outro aspecto de grande importância desse trabalho é dado pelo fato de ser o primeiro e único depoimento, feito por um mestre comunista, da técnica de tomada do poder pelo PC dentro da mais perfeita e completa "legalidade".

Sala das Sessões, em 3 de julho de 1962. — *Coimbra Bueno*.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento vai à Comissão Diretora, a fim de receber parecer.

Há oradores inscritos.

No entanto, como Líder da Minoria, tem preferência para falar o nobre Senador João Villasboas.

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

(Como Líder da Minoria. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, venho a esta tribuna para me congratular com o Senado Federal e, ao mesmo tempo, apresentar saudações ao ilustre Presidente desta Casa. Senador Auro de Moura Andrade, pela sua indicação, por ato do Exmo. Sr. Presidente da República, para ocupar o

alto posto de Presidente do Conselho de Ministros, de acordo com as normas do sistema parlamentar adotado no País e, mais do que isto, pela expressiva votação recebida no Plenário da Câmara dos Deputados, na sessão noturna de ontem.

Acertada foi, indiscutivelmente, a escolha feita pelo Sr. João Goulart, bem como a aprovação pela Câmara dos Deputados. O Senador Moura Andrade é um brasileiro cuja vida, passada e presente, tem sido sempre dedicada aos altos interesses da nossa Pátria. Nesta Casa deixa assinalados em traços indelével — através dos nossos Anais, sinais que o tempo não apagará — os atos que praticou, seja tomando parte nas Comissões técnicas, seja nas discussões do Plenário, ou ainda na direção mais alta dos serviços do Senado.

No ano passado, quando a crise de 25 de agosto agitou o País, nós o vimos, naqueles momentos conturbados da vida nacional, dirigir os trabalhos legislativos com serenidade, elevação e imparcialidade, em meio ao fogo nascido das paixões políticas e partidárias que agitavam este Parlamento. Ainda com elevação, alta competência e critério de "condottiere", dirigiu os trabalhos do Congresso quando da votação do Ato Adicional, posse do Sr. Presidente da República e organização do primeiro Ministério, com reais proveitos para o País, tranquilidade e paz para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, estou certo de que o Senador Moura Andrade não se afastará dessa orientação e continuará a ser o mesmo homem devotado à grandeza da Pátria. Com o mesmo espírito sereno se conduzirá, certamente, na Presidência do Conselho de Ministros, como o fez naquela hora trágica, ao encaminhar os trabalhos do Congresso Nacional.

Estou certo de que, com o apoio dos homens que constituem a representação popular na outra Casa do Congresso e dos seus pares nesta Casa, poderá S. Ex^a realizar, como prometeu no discurso ontem pronunciado, as reformas que a Nação exige e que, até hoje não foram concretizadas, apesar de tantas vezes proclamadas, dentro do Parlamento e fora dele, através da imprensa e do rádio.

Vimos assistindo a debates em torno dessas reformas que têm servido, apenas para alimentar declamatórios demagógicos. Confio, entretanto, em que o novo Presidente do Conselho de Ministros se cercará de homens efetivamente imbuidos de espírito público e do desejo de realizar o bem da Pátria e a felicidade dos brasileiros, levando, assim, a bom termo as tão decantadas e proclamadas reformas.

Ressaltou o Senador Moura Andrade, no esboço de programa do governo que levou ao conhecimento da Câmara dos Deputados, os problemas mais urgentes que merecerão, desde logo, a atenção do novo Ministério. Começou por anunciar um combate seguro, cerado e eficiente à inflação que não depende de novas leis e, conseqüentemente, pode ser iniciado desde logo. Basta a intervenção direta do Conselho de Ministros na feitura do Orçamento para o próximo exercício, cujo Projeto, segundo estamos informados, foi enviado pelo Conselho de Ministros em 15 de junho à Câmara dos Deputados. Já com um déficit de doze bilhões de cruzeiros! A esse Orçamento, segundo notícias divulgadas pela imprensa, já foram apresentadas cerca de vinte mil emendas, significando aumento de despesas.

Sr. Presidente, parece haver um halo de loucura dominando o Congresso Nacional. Se o Governo num ato criticável ou condenável apresentou uma proposta de Orçamento de sequilibrada, com um déficit desta natureza, indiscutivelmente, não existe equilíbrio mental não há tranquilidade de espírito nos legisladores que não hesitam em agravar a situação

da economia nacional, elevando o déficit a cerca de quinhentos bilhões de cruzeiros!

Ainda, como uma decorrência da inflação anuncia o novo Presidente do Conselho de Ministros que envidará esforços no sentido da contenção de preços. E para isto, bastará que o Conselho de Ministros faça cumprir as leis de defesa da economia popular, existentes no País que as torne uma realidade como no caso da COFAP, órgão criado para este fim, que tanto carece de uma reformulação de suas atividades a fim de sustar a inflação, dos preços das utilidades, e, sobretudo, por termo aos lucros exagerados que tanto pressionam a vida do homem brasileiro.

Contida a elevação do custo da vida impedido pelos meios legais de que dispomos o aumento de preços além dos lucros razoáveis, não há necessidade de se estabelecer contenção nos salários. Havendo um equilíbrio perfeito quanto ao custo de vida, esse equilíbrio se refletirá no salário dos trabalhadores, ou do funcionalismo público em geral. E para manter o equilíbrio entre esses dois fatores é imprescindível um bem organizado sistema de abastecimento.

Na lei criadora da COFAP há os elementos necessários para que esse órgão e seus dependentes nos Estados e Municípios alcancem seus objetivos.

Talvez seja necessária alguma modificação na legislação. A matéria poderá ser discutida demoradamente, e não nos deveremos fixar simplesmente na parte de organização desses órgãos, a fim de que sejam mais eficientes no cumprimento dos seus deveres.

Surge, então, para o equilíbrio do abastecimento do País, o fomento à agricultura e à pecuária. Ainda aí não precisamos legislar.

Temos no Banco do Brasil, a Carteira Agrícola, com regulamento perfeito que, se executado com precisão, sem favoritismo, tendo-se em vista sempre o interesse do País, nos possibilitará desenvolver e fomentar a agricultura e a pecuária, através dos créditos suficientes ao seu desenvolvimento.

Há ainda os recursos do Ministério da Agricultura, onde poderão os agricultores, dentro dos próprios Regulamentos já existentes e da legislação vigente, obter recursos para aquisição de máquinas agrícolas, de reprodutores, de sementes, de inseticidas e de todos os elementos necessários ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

Dispõe também o Ministério da Agricultura, se não de recursos financeiros, de outros meios para a criação e construção de uma completa rede de silos e armazéns, destinadas a agasalhar os produtos agrícolas.

No Ministério da Viação, encontramos já, seja no Departamento de Estradas de Ferro, seja no Departamento de Estradas de Rodagem, ou nas companhias de Navegação, todos os elementos necessários ao desenvolvimento dos transportes, para que as riquezas produzidas nos Estados sejam conduzidas aos centros consumidores.

Também pode o Governo, independente de qualquer legislação mas dentro da sua faculdade de baixar decretos, estabelecer o preço mínimo para a aquisição de produtos nacionais.

Munido, portanto, destes elementos, está o futuro Conselho de Ministros independente de qualquer outro pronunciamento legislativo, inteiramente preparado para iniciar, desde logo, as reformas enunciadas pelo nobre colega a quem foi atribuída a presidência do Conselho.

Assim, desenvolvidos os nossos meios de produção, aproveitadas as nossas

fontes de matéria prima, atingiremos a outra meta enunciada pelo Sr. Presidente do Conselho de Ministros que é a de incrementar a exportação, a fim de que possamos acumular divisas no estrangeiro, para podermos satisfazer nossos compromissos externos.

Anunciou ainda o nobre Senador Moura Andrade que se empenhará pela realização imediata da reforma agrária. Também para esta, independente de qualquer legislação, S. Exa. poderá ter a iniciativa imediata de medidas tendentes à fixação do homem à terra. Tem S. Exa. autorização expressa dada pelo Artigo 156 da nossa Constituição, que diz:

"A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas..."

Temos a legislação que criou o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, lei com a finalidade de promover a fixação do homem à terra. O aproveitamento das terras públicas que a Constituição manda fazer, deve ser o início do movimento de reforma agrária.

A União tem, em diferentes Estados, inclusive no meu, ótimas terras aproveitáveis para a lavoura e para a criação. Independentemente de qualquer medida legislativa pode, desde logo, o Conselho de Ministros proceder ao aproveitamento dessas terras fazendo a sua distribuição pelos "sem terras", loteando-as e procurando atrair lavradores para elas.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos) — Informo ao nobre orador ter-se esgotado o tempo de que dispunha.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Sr. Presidente, vou concluir.

Como dizia, deve o Governo procurar conduzir para as terras incultas aqueles que, sendo efetivamente agricultores, recebendo orientação para aproveitamento da terra, queiram de fato empregar a sua atividade nesse ramo. Assim agindo, terá o Governo dado o primeiro passo para a reforma agrária no País.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — V. Exa. tem toda razão. Tenho sustentado, por várias vezes, que as primeiras medidas para a execução da reforma agrária, deverão partir do Serviço Social Rural, do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil e do Departamento Nacional de Produção Vegetal. Esses órgãos, em conjunto, poderiam dar o primeiro passo para a reforma agrária. V. Exa., repito, tem toda razão.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Fico muito agradecido ao nobre Senador Lima Teixeira pelo aparte com que honrou o meu discurso. S. Exa. tem-se dedicado a este assunto com o alto conhecimento e a elavada compreensão de um homem público cioso de suas responsabilidades.

O Sr. Lima Teixeira — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Efetivamente, o marco inicial da reforma agrária deve ser o aproveitamento das terras públicas.

O Sr. Lima Teixeira — Perfeito. SR. JOÃO VILLASBOAS — Não deverá, entretanto, o Conselho de Ministros fechar os olhos à situação que se está criando no País com a invasão à propriedade particular, às terras particulares. O atentado à

propriedade privada está se tornando comum, em nosso País, e exige repressão imediata.

Lá há pouco na imprensa a notícia de que, em Belo Horizonte, se reuniu um Congresso, não mais dos sem-terra, mas dos sem-lar, com a finalidade de serem adotadas nas cidades os mesmos recursos de que têm lançado mão, nos campos, aqueles que não têm terra para o seu trabalho. Disse um dos oradores naquele conclave que o homem da cidade não pode se conformar em que uma família de número limitado ocupe uma casa que daria para acomodar quatro ou cinco famílias enquanto outras, sem lar, dormem no relento. É a ameaça da invasão da propriedade particular cidadina, tal como se está fazendo com a propriedade rural.

O fato exige que o Conselho de Ministros encare o problema com o maior interesse, com a maior energia.

Sr. Presidente, V. Exa. foi tolerante em me conceder mais alguns minutos para que concluísse minha oração. Sou, como V. Exa. e o Senado sabem, presidencialista. Até hoje não me adaptei ao parlamentarismo. Entretanto, como brasileiro que quer o bem e a grandeza da Pátria, aqui estarei, com minha bancada, para apoiar o nobre Presidente do Conselho de Ministros, nosso digno colega Senador Moura Andrade, desde que S. Exa. de fato, realize como espero, as reformas que a Nação tanto está a exigir. (Muito bem! muito bem! Palmas).

O SR. FILINTO MULLER:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Filinto Müller.

O SR. FILINTO MULLER:

(Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, encaminhei à Mesa requerimento assinado pelo número regimental de Senadores, solicitando seja o Senado convocado para uma sessão extraordinária especial, logo após a ordinária, a fim de que através de suas diferentes Bancadas, esta Casa manifeste o seu agrado pela acolhida que a Câmara dos Deputados dispensou ao nome do Senador Moura Andrade para Presidente do Conselho de Ministros.

Era meu desejo aguardar que a Câmara, se manifestasse também sobre a composição do novo Gabinete para então requerer a realização de uma sessão em que externaríamos a nossa satisfação pela escolha do nobre Senador Moura Andrade para Primeiro Ministro. Como, entretanto, o eminente Senador João Villasboas, da Minoria, apresentou, desde logo, as congratulações de sua Bancada, pareceu-me não ficaria bem adiar por vinte e quatro horas a manifestação das demais Bancadas do Senado.

Esta, Sr. Presidente, a justificação que faço do requerimento que enviei à Mesa e que, espero, merecerá a aprovação do Senado. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

O Requerimento justificado pelo nobre Senador Filinto Müller vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e sem debate aprovado o seguinte:

Requerimento nº 362 de 1962

Nos termos do art. 196 do Regulamento Interno, requereamos seja realizada uma sessão especial, em seguida à presente sessão, para que a Casa possa homenagear o seu Presidente. Sr. Senador Moura Andrade, pela sua escolha para Presidente do Conselho de Ministros, aprovada on-

tem, através de expressiva votação, pela Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 3 de julho de 1962. — Filinto Müller. — Gilberto Marinho. — Menezes Pimentel. — Lima Teixeira. — Novais Filho. — Ruy Carneiro. — Gagner Velloso. — Victorino Freire. — Jefferson de Aguiar. — Vivaldo Lima. — Rui Palmeira. — Irineu Bornhausen. — Nogueira da Gama. — Nelson Maculan. — Fausto Cabral.

O SR. PRESIDENTE:

Ao fim da presente sessão, nos termos do requerimento aprovado pelo Plenário, o Senado será convocado para uma sessão especial, a realizar-se a seguir.

Tem a palavra o nobre Senador Venâncio Igrejas, por cessão do nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. VENANCIO IGREJAS:

Sr. Presidente, inicialmente, agradeço ao nobre Senador Jefferson de Aguiar a gentileza de me haver cedido sua vez na ordem de inscrição, para que eu ocupe a tribuna neste momento.

(Lendo)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o noticiário dos jornais sobre iniciativas e realizações do atual governo da Guanabara já se transforma em exaustiva rotina.

Ainda agora há duas notícias recentes: o convênio de ontem com a Agência do Desenvolvimento Internacional ADI — para construção de cinco grandes mercados no Rio de Janeiro e... a falta d'água.

Realmente nos três últimos dias houve falta d'água no Rio!... A população já demonstrou estranheza!

Seja como for a notícia seria talvez rotineira na ex-Capital da República. O fato não seria assim recente. O curioso é que foi anunciado previamente, em detalhes, pelas autoridades. O povo longe de reclamar, apáudia. Que se passava?

Era falta d'água em nova versão! Água havia em abundância e então por que faltava? Diziam que era por isto mesmo!

Sim, Sr. Presidente Srs. Senadores, faltava água porque o Departamento resolveu escoar os reservatórios do Guandu. Por quê? Para quê? Para ricaresca limpeza!

De ontem para hoje voltou a água em abundância, mas limpa, fresca, potável, higiénica. Os jornais publicam os reservatórios inundados!

Fazem-no quando mal desanarecem os ecos do noticiário de que afinal começara e em ritmo acelerado a construção da segunda adutora do Guandu.

Alguns milagre?! Não. Apenas soluções honestas que resultam do trabalho eficiente e sincero de um governo esforçado.

Dir-se-á que não é vantagem com tanto dinheiro que tem obtido. Este é exatamente resultado da confiança que inspira um governo honesto e trabalhador.

Por isto pode reclamar providências às autoridades federais.

Há de cumprir o indeclinável dever de solicitar providências urgentes necessárias à preservação da saúde da população carioca, ameaçada pelas graves ocorrências da Floresta do Tinguá, do conhecimento público.

Em 18 de junho último, o Diretor do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, oficiava ao Departamento de Águas do Estado da Guanabara, para denunciar a invasão das terras da União Federal, na localidade chamada Colônia, onde se encontra a Floresta do Tinguá, no município fluminense de Nova Iguaçu, em que estão situados diversos importantes mananciais que abastecem de água a cidade do Rio de Janeiro.

Declarava a autoridade federal não dispor de forças suficientes para impedir a invasão das terras federais,

sob sua guarda, conservação e responsabilidade.

Entrementes a Imprensa sempre vigilante na defesa dos altos interesses da coletividade abria espaços enormes preciosos de suas folhas diárias para gritar em manchetes contra os fatos abusivos e com esclarecimentos, a empolgantes fotografias, conclamar autoridades competentes à solução breve.

Assiste-se à destruição impenitente das ricas florestas protetoras dos mananciais vindos das serras petropolisanas, onde o Dedo-de-Deus parece muda mas eloquente advertência a esses gemandros criminosos que ferem a natureza para prejudicar a alma o próprio homem, egoísta e ambicioso, descuidado ou inocente, todos vítima do descaso das autoridades deste País.

Com o desmatamento das florestas que protegem os mananciais seculares, que da época do Império, atendem de água ao Rio de Janeiro; sem providência pronta e enérgica, muito breve, estarão poluídas e depois destruídas, afetando de maneira considerável a saúde e o abastecimento da grande Cidade.

Infelizmente falece ao Estado da Guanabara, onde existe felizmente autoridade, qualquer providência efetiva por se tratar de patrimônio da União Federal, engastado em território fluminense.

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VENANCIO IGREJAS — Com muita honra.

O Sr. Caiado de Castro — Estou de pleno acordo com as palavras de V. Exa. bem como com a atitude assumida pelo Governador da Guanabara. Não compreendo que o Governo Federal, até a presente data, não tenha tomado providências para solucionar o grave problema, alegando falta de recursos. O Governo Federal dispõe do Exército, que pode convocar a qualquer momento, e também da Polícia Militar da Guanabara, que é federalizada. Nada impede que o Governo Federal solicite um batalhão uma Companhia, enfim, uma tropa com efetivo suficiente para garantir a ordem. Não resta dúvida de que são perfeitamente justas e louváveis as reclamações do Governador do Estado da Guanabara e nós, os habitantes do Rio de Janeiro, seremos dentro em breve muito prejudicados com o que vem acontecendo, se providências enérgicas não forem adotadas. O descaso do Governo Federal não tem qualquer justificativa e não se pode compreender, como, até a presente data, nada se tenha feito para solucionar o assunto, que é de uma gravidade espantosa. Depois de contaminada a água, contaminados os mananciais de nada adiantaria considerar a situação de calamidade pública ou a votação de verbas suplementares. Haverá, sim, calamidade pública e a nossa população será grandemente prejudicada, mas por culpa exclusiva do Governo Federal.

O SR. VENANCIO IGREJAS — Agradeço a palavra de apoio do nobre Senador Caiado de Castro, também representante do Estado da Guanabara nesta Casa pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

V. Exa. há de ver que a tese do meu discurso é exatamente a defendida por V. Exa. Seu aparte, contudo, tem ainda maior autoridade em virtude de ter sido proferido por um Marechal do Exército.

(Lendo)

A proteção cabe à Seção competente do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura em condições normais. Dada a excepcionalidade das circunstâncias a União deve reunir todos os meios a seu alcance para a solução urgente da grave ocorrência.

Ou será tarde! Aquilo vai virar loteamento! Depois vão surgir os posses-ros!

Enquanto isso árvores seculares são derrubadas para o ganho ilícito de aventureiros inescrupulosos que vendem a madeira criminosamente.

Já tempos atrás houve a "guerrilha" de São João do Meriti, cujas autoridades municipais "sangravam" as adutoras cariocas. A Guanabara recorreu ao Supremo Tribunal Federal pedindo garantias e o eminente Ministro Cândido Mota concedeu a liminar do mandado de segurança impedido, pela qual tropas federais foram guarnecer a região, com isso se encerrando o incidente. Mas agora o douto Procurador Geral da República entendeu que medida judicial semelhante não procedia. Entretanto as garantias foram prometidas. Cabe ressaltar que se trata de defesa do patrimônio da União e reclamada pelo próprio Ministério da Agricultura.

Descabe agora apreciar o bizantinismo das formalidades. Parece que está uma Comissão a averiguando o caso.

Preciso e mandar tropas federais para o local expulsar os invasores, guardá-los nas áreas e os mananciais, prender os criminosos, em defesa da população de quatro milhões da Guanabara. Isso é o caso de saúde pública! De segurança nacional!

Ainda hoje os jornais noticiam que estão incendiando a Serra dos Caboclos, região onde fica a represa do Rio d'Ouro!

Afirmam que não há providências da autoridade!

Como representante da Guanabara no Senado, órgão que vela pela Federação, denuncio o crime formalmente perante a Nação e responsabilizo o Governo Federal!

Parece que há o propósito de se criarem dificuldades à vida dos cariocas.

A União administrou mal a nossa terra e agora não colabora conosco na sua reabilitação.

Aí está a crise de abastecimento no Rio de Janeiro. Crise no momento artificial fruto do erro das autoridades federais, ou de segunda intenções.

A Guanabara continua sob intervenção federal! Até hoje o Estado não tem COAF! A COFAP manda e desmanda no Estado.

Só fixa preços dos gêneros que faltam, na Guanabara, em São Paulo e no Paraná foram liberados e apareceram! Entra em conflito com o IRGA. Resultado: — falta arroz! porque o preço mínimo de compra ao produtor está acima do tabelamento pela COFAP para venda ao consumidor. O Estado nada pode fazer. Mas na hora antipática da fiscalização e da cadeia aí cabe as autoridades estaduais. A COFAP e o IAA discutem; ela não majora, ele quer que majora. Resultado: falta arroz no Estado enquanto dois órgãos federais discutem. Os estoques cariocas estão nas últimas.

Até hoje não há LBA estadual. Nem Delegacia Regional do Trabalho. Todos os empregados e empregadores do Grupo Light entram em acordo para aumento salarial, assistidos pelos sindicatos, pelas autoridades executivas e judiciárias do Trabalho. Justo! Mas, sem que o Estado seja ouvido, o aumento se baseia na futura majoração das tarifas. Então o Governo Estadual leva a culpa perante a opinião pública, quando aumenta o bonde, o gás, e até o telefone, ainda que sob intervenção federal o sistema. Porque se trata do poder concedente. Logo, é perfeitamente jurídico.

E' assim na Guanabara! O Governo Federal faz a conciliação e o Estadual paga. Quando há greve, claro que compete à polícia estadual manter a ordem e disciplinar os trabalhadores.

40% do território da Guanabara está sob controle federal.

Os Institutos de previdência são os maiores latifundiários.

Como resultado da 4ª Reunião de Governadores, o Presidente Jânio Qua-

dro criou um grupo de Trabalho, para cessão de terrenos federais ao Estado, a fim de atender ao crescimento industrial e à localização de favelas. Quanto aos Ministérios Militares a matéria logo morreu no nascedouro. Com referência aos Institutos, foram organizados cinco esquemas de transferência. Progrediram os entendimentos apenas com o IAPI. Depois cozinhados em água morna. Depois... esfriaram. Há dias afinal surgiu um decreto do Presidente da República impedindo a transferência. As áreas vão ser utilizadas para construção de habitações populares. Assim queira São Sebastião, nosso padroeiro. Pois as Fazendas do Areal, Botafogo e outras, já agora dominadas até por "posseiros", estão orlando as margens da Estrada das Bandeiras com a beleza monótona de seu abandono desde os idos de 1950. Há doze anos!

E o Estado precisa de terras. Para os vivos e até para os mortos. Não há mais cemitérios no Rio! Pedimos uma área do Horto Florestal. Até hoje o Ministério da Agricultura não atendeu aos mortos da Guanabara! A continuar a crise do abastecimento a produção de cadáveres vai aumentar!

Ora, nada mais expressivo no momento histórico mundial do que a luta contra a carência de alimentos, consequente das deficiências da produção e da distribuição, como também da ganância dos intermediários. Sobem os preços. Sobem os salários. Sobem os preços. Os exploradores das crises aproveitam! Uns se enriquecem, outros conspiram. Aliados, solapam as instituições democráticas.

E' portanto dever dos governantes democráticos o esforço máximo na luta contra a fome e a carestia, para preservação da ordem pública, do sistema social e do regime democrático.

No Rio de Janeiro 65% do orçamento de um operário é gasto em alimentação e deficiente.

A ex-Capital representa 5% da população nacional.

Quase sem território e com a população de quase quatro milhões de habitantes, com uma produção local de alimentos que mal chega a 5% de suas necessidades, o Rio de Janeiro vive o drama da permanente dificuldade de abastecimento. Isto se agrava porque no passado não se cuidou devidamente de armazenagem, estocagem, distribuição e redistribuição dos gêneros, já que, sem possibilidades de agricultura e pecuária, o Rio precisava organizar-se como grande centro consumidor. Um pequeno número de organizações monopoliza o mercado atacatista. No setor varejista tudo foi imprevisto e de emergência, quanto ao comércio de alimentos.

O Rio de Janeiro recebe tudo dos Estados e mesmo do Exterior. São seus principais fornecedores os Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e mesmo o Paraná. Restam os pescadores mas o Ministério da Marinha não resolve o assunto, nem nos deixa resolvê-lo, enquanto isso, com o mar pertinho, o carioca consome em média meio quilo de peixe, por mês!

O quadro que herdamos do antigo Distrito Federal é o das feiras-livres e dos mercados antiquados.

Por isto a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio da Guanabara recentemente dirigida por um técnico de renomada experiência o General Danilo Nunes, organizou um Planejamento de soluções para os problemas do abastecimento do Rio de Janeiro. Há naturalmente um Plano a longo prazo, muito complexo e de execução demorada, enquanto outro a curto prazo, mais fácil de ser cumprido.

Quanto ao primeiro são estimadas medidas para incremento da produ-

ção, industrialização, racionalização do abastecimento, distribuição, estocagem, reforma do sistema de comercialização.

O Estado da Guanabara não pretende ser agrícola ou pecuário. Terá no entanto que se esforçar no sentido de organizar três setores: cultura hortigrangeira, criação de pequenos animais e fruticultura.

Fôra isso poderá atuar com sucesso no setor de comercialização, visando ao barateamento dos preços de gêneros de primeira necessidade.

Para isto planejou a reforma de 20 velhos mercados da antiga Prefeitura do Distrito Federal; a reformulação do funcionamento dos mercados, com controle de preços e fiscalização; construção de uma rede de grandes mercados, situados em locais convenientes a seus fins. Serão 50 em 3 a 5 anos, com 3.000 metros quadrados de área útil, aproximadamente.

No momento começaram a construir cinco, nos subúrbios de Banque, Cascadura, Jacarepaguá, Ramos e Deodoro.

Para tal fim foi assinado ontem, em solenidade presidida pelo Governador Carlos Lacerda, no Palácio Guanabara, o convênio entre o Estado e a Agência do Desenvolvimento Internacional, sob os auspícios da "Aliança para o Progresso", pelo qual o Ponto IV, do Fundo do Trigo em cumprimento às providências traçadas na Conferência de Punta Del Este e o Estados Unidos da América nos beneficiam com a importância de 150 milhões de cruzeiros.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VENANCIO IGREJAS — Com muito prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Exª acha razoável que o Rio de Janeiro, hoje Estado da Guanabara, continue sendo um ônus para o Governo da União? Parece-me que, até agora a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e outros departamentos, públicos são pagos pelo Governo Federal quando a maior parte dos Estados custeiam tais despesas. Penso que a Guanabara não tem motivo para clamar contra o Governo da União.

O SR. VENANCIO IGREJAS — Acredito que tenha, porque sua situação é completamente anômala. Era o antigo Distrito Federal mal administrado pela União Federal.

O Sr. Pedro Ludovico — Mal administrado pelos Prefeitos!

O SR. VENANCIO IGREJAS — Prefeitos indicados pelo Presidente da República, com apoio do Senado Federal e não Prefeitos eleitos pelo povo carioca. Eram, de modo geral, Prefeitos completamente estranhos à nossa terra, pois eram escolhidos, únicos e exclusivamente homens dos Estados. Assim, viviam subordinados às implicações políticas e a encorajamento do Presidente da República, à distância do povo, com o poder excessivamente centralizado e em vez de atenderem aos interesses do povo, cuidavam de não desagradar ao Presidente da República e seus Partidários, a fim de não caírem. A União tem o dever de dar assistência ao Estado da Guanabara porque não é impunemente que se transfere mal a Capital da República, que se organiza mal um novo Estado para, depois, deixá-lo no maior abandono. Não há dúvida de que a autonomia do Estado da Guanabara, a transferência da Capital para Goiás para nós cariocas, representará — e está, de certo modo, representando — em futuro, muito mais próximo do que se pensa — um grande benefício. Aliás, espero que os goianos não se arrependam, um dia, de terem desejado a mudança da Capital Federal.

O Sr. Pedro Ludovico — Dentro em breve, o Brasil todo se convencerá de

que o ato mais acertado do Presidente Juscelino Kubitschek foi o da transferência da Capital para o Centro-Oeste do País.

O Sr. Filinto Müller — Muito bem! O Sr. Pedro Ludovico — Na verdade até então, olhava-se apenas para o litoral, que se desenvolvia rapidamente, enquanto o resto do País ficava esquecido. Dentro de, talvez, dez anos, o povo se convencerá que foi um ato lógico, patriótico.

O Sr. Filinto Müller — Seis milhões de quilômetros quadrados.

O Sr. Pedro Ludovico — O Rio de Janeiro, não se pode queixar. Durante muitos anos o Governo Federal despendeu ali grandes somas de dinheiro. Se os seus administradores não-souberam aplicá-las bem, a culpa não é do Governo Federal.

O SR. VENANCIO IGREJAS — A culpa é do Governo Federal.

O Sr. Pedro Ludovico — Os seus governantes eram filhos do ex-Distrito Federal.

O SR. VENANCIO IGREJAS — Sr. Presidente, de modo geral, os Prefeitos provinham de outros Estados. Eram nomeados para compor a política desses Estados com o Governo Federal. Em verdade permaneciam à frente da Prefeitura do ex-Distrito Federal em média, cerca de dez meses. Havia verdadeira irresponsabilidade administrativa, e quando digo irresponsabilidade, é no conceito técnico e jurídico, porque não tinham a quem responder. Nomeados de improviso, eram demitidos inesperadamente, e continuava o Distrito Federal ao Deus dará.

Muito se gastou no ex-Distrito Federal, mas se gastou mal. A precipitação na mudança da Capital trouxe grandes prejuízos para o Estado da Guanabara como para Brasília.

V. Exª, Sr. Presidente, como os mais Srs. Senadores, devem se recordar da Lei San Thiago Dantas como foi afinal chamada. Constitua ela uma colcha de retalhos saída na undécima hora, imperfeita e incompleta, mas que de qualquer modo teria que sair. Portanto, só no último instante é que realmente saiu a lei capaz, no caso, até incapaz, de amparar o velho Distrito Federal.

Hoje sofre o antigo Distrito Federal as suas consequências. A União, ao transferir-se do ex-Distrito Federal, deixou-lhe uma herança de vinte e sete mil funcionários públicos federais.

Na verdade a União subvenciona esses funcionários até a data da transferência. Mas no dia desta transferência, o Estado nascente vem arcanado com o ônus de um número de funcionários com nível salarial elevado. Os delegados de polícia, por exemplo foram efetivados por lei federal. O Governo não podia nomeá-los.

A Polícia Militar de um lado, constitui, uma vantagem, mas de outro um ônus. Forma ela um exército que a União transferiu para a Guanabara. Exército no exato sentido porque os oficiais da Polícia Militar do ex-Distrito Federal não se destinavam ao policiamento da cidade.

A sua finalidade era outra. Ocorre que os serviços e encargos ficaram com o Estado da Guanabara, e este não tem condições para suportar o ônus do funcionalismo transferido. Que sirva de exemplo o antigo Distrito Federal para aqueles que, em Brasília, procuram implantar um quadro político semelhante ao que nos infelicitou durante tanto tempo. E por causa da política de outros Estados, nunca se fez planejamento de pessoal, nunca se deu uma organização no seu funcionalismo. Ignorava-se o número de seus servidores. Hoje, procura o governo estadual fazer enquadramento para saber, ao menos,

quem lhe presta serviços e a quem paga. Eles eram admitidos à matrícula, de improvisação, porque o erário da União Federal podia suportar as despesas.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O Sr. VENANCIO IGREJAS — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Ex.^a diz que o Distrito Federal deveria servir de exemplo. Eu diria que deveria servir de escarmento...

O Sr. VENANCIO IGREJAS — V. Ex.^a diz muito bem.

O Sr. Fernandes Távora — ... porque o que se via no antigo Distrito Federal era tudo quanto os homens responsáveis por este País nunca deveriam ter feito. Por consequência, espero que sirva de escarmento para não se venha a praticar as indevidências que se praticaram no antigo Distrito Federal e que muitos devam continuar a praticar.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.^a um aparte?

O Sr. VENANCIO IGREJAS — Pois não!

O Sr. Pedro Ludovico — É muito justo que V. Ex.^a esteja defendendo o seu Estado. Mas V. Ex.^a não deve ligar a sorte do antigo Distrito Federal à de Brasília. Brasília representa uma coisa muito diferente.

O Sr. VENANCIO IGREJAS — Desejo que assim seja.

O Sr. Pedro Ludovico — Brasília no foi construída para ser uma cidade bela, uma metrópole apenas linda. Não. Brasília tem outro sentido. Foi construída para atender o povo, para trazer o progresso ao interior brasileiro. E isso acontecerá, quer queiram quer não queiram, mesmo porque a construção de Brasília é uma idéia-força. Já constava figurava em Constituições. Se o Rio de Janeiro estivesse bem situado, para ser a Capital, as Constituições não cogitariam de sua transferência. Claro é, portanto, que, um dia, a Capital teria que sair do Rio de Janeiro. Mas não concordo em que o Rio de Janeiro tenha sido sistematicamente desprezado pelos Governos. No antigo Distrito Federal bilhões de cruzeiros foram gastos. Se foram mal aplicados é outro assunto. O fato é que, aqui no Interior, há um povo abandonado, que precisa de assistência, que precisa ser ajudado por de fêdo. É uma injustiça pois ligar as deficiências do Rio de Janeiro à construção de Brasília.

O Sr. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os tambores — O ministro ao nobre orador que o tempo de que dispunha está esgotado.)

O Sr. VENANCIO IGREJAS — Sr. Presidente, vou concluir.

Fu' interrompido pelos aplausos com que muito me honraram os nobres colegas.

Quero dizer, apenas, que não ligo as condições do meu Estado à construção de Brasília. Nunca deseri de que Brasília viesse a representar para o Brasil o que o Rio de Janeiro foi durante duzentos anos. Apenas quero dizer que, se aqui existem pessoas abandonadas no Rio de Janeiro existem um milhão de favelados abandonados!

Mas estou tratando de dois problemas eminentemente federais: um, o das abastecimento, problema evidentemente de responsabilidade federal; o segundo, a defesa do próprio patrimônio da União. (Lendo.)

Prossegue, Sr. Presidente (Lendo) E o esforço do Governo da Guanabara na luta pelo melhor abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, onde desejamos não se repetam os perigosos acontecimentos de ontem em Niterói, com o povo, insatisfeito ou

não, mas premido pelas circunstâncias assaltando o comércio de alimentos.

Da mesma forma de Belo Horizonte o Governo Mineiro apelou ao Presidente da República para ser dada solução à falta de arroz, feijão, açúcar, e outros gêneros.

Mas, Sr. Presidente, quando houver agitação no Rio de Janeiro, aí repercutirá em todo o País.

Sr. Presidente. Srs. Senadores

Parece que um novo alento se esperança pode surgir todavia para a solução carioca no momento em que se organiza novo governo no País, desejo de imprimir, a sua passagem pela direção dos negócios nacionais, o selo das grandes reformas e de deixar um rastro de iniciativas úteis e realizações proveitosas.

Esou certo haverá também de colaborar na solução dos problemas cariocas.

São os votos que sinceramente faço, para que as classes pobres do Rio de Janeiro possam compreender que o preço do progresso não é a opressão, mas sim que só o regime democrático verdadeiramente conjuga o desenvolvimento material sem o inestimável sacrifício da Liberdade! Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O Sr. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima, inscrito nos termos do art. 103 do Regimento Interno.

O Sr. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, ocupa-se a imprensa indigena de um rumoroso caso em que se acha envolvido um cidadão norte-americano, que responde pelo nome de Edward M. Gilbert, a quem intitulam de financista, tendo exercido as funções de presidente da Companhia E. L. Bruce Co. e pelas se apropriado indevidamente da soma de dois milhões de dólares após o que viajou calmamente para estas plagas, na presunção de poder escapar aos rigores das leis penais da terra do Rio Sam. "Ultima Hora" incontestavelmente, jornal dos mais lidos, em sua coluna "Cidade Nova" da tiragem de 27 do mês findo, ao caro se refere com portamentos, esclarecendo os seus leitores quanto ao andamento do assunto, agora revelando que dele participa, sem sombra de dúvida, a Sra. Rhoda Gilbert, tanto que noticia que "ambos os acusados nos EUA de haver praticado sérios delitos".

Foi mais que "Gilbert fugiu para o Brasil depois de ter dado um golpe contra a firma que dirigia de aproximadamente dos milhões de dólares, enquanto sua esposa foi acusada de haver dado um calote de 75 mil dólares (em emendas de diamantes e pérolas caras) no joalheiro novaiorquino Cartier".

Continuando em suas apreciações sobre o escabroso comportamento do estrangeiro, afirma o órgão da imprensa carioca, escudado em tantos exemplos que estarracaram até a opinião pública, que "dada a impunidade que gozam no Brasil os autores de delitos, para aqui convergem, deixando boquiabertos e atônitos os poderosos homens de negócios norte-americanos, levando-se a mais de milhões de dólares o capital trazido ilegalmente para o Brasil com a fuga de Gilbert".

Quanto à impunidade observada em tantos casos desse jaez, que por condescendência da parte de autoridades administrativas, quer por mercê de sentenças magnânimas ou absolventes de Juizados competentes, na verdade, desnecessário é repisar, em comentários ou críticas, mesmo mordazes, sobre tais procedimentos, que apenas servem para estimular a prática dessas

infrações legais ou outras, uma vez que assim, dentro das nossas fronteiras, os crimes evidentemente bem que compensam...

Até aí, de nossa parte, todo o apoio e reforço às campanhas que visem a esclarecer aos estrangeiros das leis do País, sobretudo em referência ao que preceitua o Código Penal, quanto a uma mais severa e rigorosa linha de ação em presença de tais fatos não poupando os seus autores, primários ou coautores, das cabíveis e exatas punições.

Prosseguindo no noticiário o combativo vespertino, no entanto, estranha, a igual modo, que "os mentores de Wall Street, recessos pelas constantes fugas, apelaram para o Governo que imediatamente, após troca de notas diplomáticas, firme um convênio com o Brasil, regulamentando o processo de extradição. Entretanto, em nosso País, o processo está nas gavetas da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, enquanto o promotor Frank Horst, de Nova York, que que investiga o caso, se mostra cético quanto à possibilidade da justiça norte-americana obter a extradição, não só de Gilbert como também de Lowell e de Birrell, Earl Jack Gage e Earl Belle autores de desvios irreversíveis de vários milhões de dólares.

Citado como foi o órgão técnico desta Casa, em assuntos de ordem internacional, precipuamente em vista de incriminado por negligência ou omissão, engavetando pura e simplesmente, também se acumulando, quer, com os que desejam nos outros países a impunidade ou, quando muito, sanções brandas de natureza penal, um convênio do porte e repercussão como o que foi mencionado no tópico em tela, é que me conchama o dever, na qualidade de seu Presidente, ao uso desta tribuna para informar à ilustrada redação do bem composto diário do Estado da Guanabara de que nada há nesse sentido em tramitação no se na Comissão de Relações Exteriores como nesta própria Câmara Alta, crendo até que não houve até agora qualquer troca de notas diplomáticas entre os Estados Unidos e o Brasil em relação a matéria.

Assim sendo, não pode haver enclausuramento aquilo que então existe lamentando mesmo, neste ensejo, que a não estivesse em vigor um instrumento dessa espécie a fim de desestimular os especulatórios ou de outros delitos, ou se haviam em países em que, de antemão, se em como escapar nas tentativas de extradição.

Contudo, não há porque esconder a verdade de que, por motivos óbvios, talvez alheios à nossa vontade, agora é que se está conciliando em nossa Comissão o estudo do Projeto de Lei que dispõe sobre as atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso em território nacional a estrangeiros, do qual é relator o nobre Senador Lourival Fontes. E' proposição, como a própria ementa esclarece, que procura regular a matéria de modo amplo, sem exceções, estabelecendo condições de permanência ou entrada a todo aquele que aqui aportar com passaporte de outra nacionalidade.

Acredito, Sr. Presidente, que necessariamente, por conhecer da existência desse projeto em nossas mãos ajudando de qualquer forma a estrangeiros, daí resultou o equívoco do cronista que, na oportunidade, se verdadeiro o fato, todo o direito tinha de estimular candidamente esta Comissão específica.

Faço, porém, as explicações que achado de bom aliviar rascunhar, creio que de maneira leal e objetiva, estou certo, Sr. Presidente, de que a brilhante direção de "Ultima Hora" e considerará o juízo depreciativo que

couve de formular a respeito de as intenções dos legisladores desta Casa com acerto na sua Comissão de Relações Exteriores, no fiel cumprimento de seus honrosos deveres.

Ela, Sr. Presidente, o que tinha a dizer tocante ao fato episódio em que foi envolvida acessoriamente a Comissão de Relações Exteriores, muito bem, muito bem, muito bem.

O Sr. PRESIDENTE:

Sobre a mesa Projeto de Lei que vai ser lido pelo Sr. 1.^o Secretário. E' lido o seguinte:

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1962

Altera o art. 2.^o da Lei nº 1.805, de 6 de janeiro de 1953, relativa ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

No art. 2.^o da Lei nº 1.805, de 6 de janeiro de 1953:

Onde se lê:

"... a do Estado de Goiás, a norte do paralelo 13."...

Leia-se:

"a do Estado de Goiás, e Distrito Federal, a norte dos divisores das águas, entre a bacia Amazônica, e as dos rios da Prata e São Francisco"...

Justificação

Fita da tribuna do Senado pelo autor.

Sala das Sessões, em 3 de julho de 1962. — Coimbra Bueno.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Economia,

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.805 — DE 6 DE JANEIRO DE 1953

Art. 2.^o A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do plano decenal nº 1, abrange a região compreendida pelos estados do Pará e do Amazonas, pelos Territórios federais do Acre, do Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso, a norte do paralelo de 16.^o, a do estado de Goiás a norte do paralelo de 13.^o e a do Maranhão ao oeste do meridiano de 44.^o.

O Sr. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno para justificar o Projeto.

O SENIOR SENADOR COIMBRA BUENO PRONUNCIA DISCUSSÃO QUE, ENTRETCUE A REVISÃO DO CRADOR, SERA PUBLICADO POSTERIOREMENTE.

O Sr. PRESIDENTE:

Este Projeto, cuja justificação foi feita da tribuna pelo seu autor, o nobre Senador Coimbra Bueno, depois de ser apoiado.

Os Srs. Senadores que apoiam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está apoiado.

Vai às Comissões competentes.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno suplementar (art. 275-A, do Regimento Interno) do substitutivo, aprovado em 28 de junho findo, ao Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1962 (n.º 2.760, de 1961, na Casa de origem), que cria uma Junta de Conciliação e Julgamento na 4.^a Região da Justiça do Trabalho em Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra c do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 299, de 1962, aprovado na sessão de 19 do mês anterior.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Substitutivo.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão suplementar. (Pausa).

Está encerrada.

Não tendo sido apresentadas emendas o substitutivo é dado como definitivamente aprovado, de acordo com o disposto no art. 275-A, § 5.º, do Regimento Interno.

É o seguinte o substitutivo aprovado que vai à Comissão de Redação:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 1962

Nº 2.730-B, de 1961 na Câmara dos Deputados

Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 4.ª Região da Justiça do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na 4.ª Região da Justiça do Trabalho, mais seis Juntas de Conciliação e Julgamento respectivamente, nas comarcas de Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Cachoeira do Sul, Ijuí e Taquara, todas no Rio Grande do Sul e Itajai, em Santa Catarina.

§ único. A jurisdição das Juntas ora criadas recairá sobre o território das comarcas em que têm sede, com exceção da Junta de Conciliação e Julgamento de Taquara, cuja jurisdição fica estendida aos municípios de Rolante, Três Cordeiros, São Francisco de Paula e Canela.

Art. 2.º Ficam criados para cada uma das Juntas, um cargo de Juiz do Trabalho Presidente da Junta, um suplente de Juiz do Trabalho e duas funções de vogal, sendo uma para a representação de empregados e outra para a representação de empregadores, com o intuito de atender ao disposto no art. 1.º desta lei.

Parágrafo único. Haverá um suplente para cada vogal.

Art. 3.º Os vencimentos dos cargos de Juiz do Trabalho e as gratificações de representação dos vogais de que trata esta lei serão fixados pela Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1968, com as alterações constantes das Leis nºs 3.531, de 19 de janeiro de 1959, 3.730, de 12 de julho de 1960, 3.826, de 23 de novembro de 1960 e 4.069, de 1.º de junho de 1962.

Art. 4.º O presidente do Tribunal Regional promoverá a instalação das Juntas ora criadas, bem como as outras medidas decorrentes da presente lei.

Art. 5.º São igualmente criados no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região para atender ao disposto no art. 1.º desta lei os seguintes cargos:

Cargos isolados de provimento efetivo:

6 Chefes de Secretaria	PJ 1
6 Oficial de Justiça	PJ 5
6 Porteiro de Auditório	PJ 9
12 Auxiliar de Portaria	PJ 12

Cargos de carreira

6 Oficial Judiciário	PJ 3
24 Auxiliar Judiciário	PJ 6

Art. 6.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região o crédito especial necessário à execução desta lei, até o limite de Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros).

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961, de autoria do Sr. Senador João Villasboas e outros Srs. Senadores, que altera os arts. 26, 56, 58, 61, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal (Organização Administrativa do Distrito Federal).

deral, do Tribunal Superior Eleitoral; processo de escolha do Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e aplicação da cota do imposto de renda destinado aos Municípios), tendo Parecer favorável, sob o nº 335, de 1961, da Comissão Especial (com votos vencidos dos Srs. Senadores Aloisio de Carvalho, Nogueira da Gama e restrições do Sr. Senador Silvestre Pereira).

A votação da Emenda será feita pelo sistema nominal. Os Srs. Senadores que a aprovam, responderão sim, e os que a rejeitam, não.

Vai-se proceder à chamada.

Procede-se à chamada.

Respondem à chamada e votam sim os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Victorino Freire — Eugênio Barros — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sérgio Maranhão — Dix-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — Ruy Carneiro — Novais Filho — Ruy Palmeira — Ovídio Teixeira — Del Caro — Jefferson de Aguiar — Caiado de Castro — Benedito Valadares — Milton Campos — Padre Calazans — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — Filinto Müller — Lopes da Costa — Alô Guimarães — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Irineu Bornhausen — Guido Mon — (30).

Respondem à chamada e votam não os Senadores:

Barros Carvalho — Silvestre Pereira — Lima Teixeira — Arlindo Rodrigues — Nogueira da Gama.

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada e votaram, apenas 35 Srs. Senadores.

Não tendo sido registrado o quorum especial de 42 votantes, exigido pelo art. 367, do Regimento Interno, a votação não é considerada válida. A matéria continuará na Ordem do Dia, para nova votação.

Por idéntica razão, fica adiada a votação da matéria seguinte, Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Nos termos do Art. 330, letra c, do Regimento Interno, passa-se à votação do Requerimento nº 359, do nobre Senador Afrânio Lages, lido na hora do Expediente pedindo urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1961.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário, o Projeto entrará na Ordem do Dia da terceira sessão ordinária que se seguir à presente.

Nos termos do Art. 330, letra c, do Regimento Interno, passa-se à votação do Requerimento nº 360, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1961.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

O Projeto a que se refere o requerimento ora aprovado entrará na Ordem do Dia da terceira sessão ordinária que se seguir à presente.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Caiado de Castro.

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, ouvi

com a máxima atenção o discurso há pouco proferido pelo nobre Senador Venâncio Igrejas, relacionado com a situação do Estado da Guanabara. Com a mesma atenção, ouvi também os apertes que lhe foram dados.

Apenas para definir posição, desejo declarar que essa de pleno acordo com as palavras de S. Exa. Todos nós, do Estado da Guanabara, recordamos que o descalabro que hoje aqui se verifica é devido única e exclusivamente aos vários Governos federais.

Na verdade, foram esses Governos que, sem qualquer espécie de planejamento sozrecairegiam o orçamento do antigo Distrito Federal com nomeações de funcionários, via de regra vindos de outros Estados. Muitas vezes eram nomeados políticos que desejavam abandonar a carreira ou que haviam sido abandonados pelos eleitores e que se beneficiavam por intermédio dos eventuais ocupantes de posições de mando.

A mudança da Capital Federal para Brasília era uma necessidade, evidentemente. Acarretou, porém, uma série de desequilíbrios ao nosso Estado em decorrência da falta de planejamento com que foi feita. Segundo os técnicos ouvidos seriam necessários, no mínimo, dez anos para efetivar essa mudança, realizada em apenas quatro anos. As consequências futuras dessa precipitação não podem ser previstas. No momento, o que se verifica de real é a situação de Brasília, obra inacabada, e a herança pavorosa que coube ao atual Estado da Guanabara.

Hoje, o problema de água no Rio de Janeiro é muito sério. É mesmo um problema de segurança nacional, consequência também de erros antigos. Sem qualquer planejamento foi desmembrado do antigo Distrito Federal e incorporado ao Estado do Rio o município em que se encontram os mananciais e as fontes de água da Guanabara.

Infelizmente, o Governo Federal não está dando a menor atenção ao que se passa no Estado da Guanabara. Qualquer dia, além das consequências de ordem político social e sanitária, teremos de votar, com urgência, créditos astronômicos para socorrer a população carioca que vai marchando assustadoramente, em velocidade crescente, para esse descalabro.

Sr. Presidente, já que os processos de planejamento fracassaram seria muito fácil ao Governo Federal, com um pouco de interesse, agir no sentido de corrigir esses erros tremendos. É inconcebível que o Governo permita a devastação das matas protetoras de nossos mananciais, ora pela ignorância de uns, ora, e principalmente, pela ganância de outros que já estão loteando terras-naquela área e desonestamente vendendo-as ou cedendo-as aos pequenos lavradores.

Como representante da Guanabara, não posso ficar alheio ao que se passa no meu Estado, principalmente, diante da atuação do seu primeiro Governador, eleito sob a legenda da UDN que derrotou o candidato do meu Partido. Recebeu S. Exa., todos o reconhecemos uma herança tremenda, fruto dos erros de muitas e muitas dezenas de anos. Reconhecemos — eu principalmente, que ora falo em meu nome pessoal — as grandes dificuldades que S. Exa. tem enfrentado.

Por outro lado, a Assembleia Legislativa tem votado leis impressionantes, em matéria de impostos. E, nesta altura, desejo declarar, para evitar qualquer má interpretação, que não sou proprietário. Não tenho um palmo de terra no Estado da Guanabara. Como simples inquilino, estou também sujeito a esses impostos impressionantes, votados pela Assembleia Estadual.

Há queixas e reclamações tremendas quanto aos aumentos de impostos. O imposto de água, por exemplo, foi ma-

jorado na proporção de mil e quinhentos por cento, diz um jornal. Há ainda os impostos prediais. Critica-se com muita severidade o Governador Carlos Lacerda pelo fato de haver vetado o Projeto que diminuía em 50% o valor desses impostos, no corrente ano. Embora também sacrificado, embora também sofrendo na própria carne o rigor desses impostos, verdadeiramente escordantes, não posso deixar de dar meu apoio ao Governador, porque não se pode, no meio do ano, modificar uma lei. Em que situação ficariam aqueles que já pagaram? Em que situação ficaria o Estado se, contando com essa verba, se visse, de um momento para outro, privado delas? Entenderei daqui um apelo à Assembleia do meu Estado, para que reexamine o problema e modifique a lei, mas para o próximo ano.

Notícia ainda o jornal que um prédio, da rua Fernando Guimarães, que pagava oito mil e setecentos cruzeiros de imposto predial, em 1961, passou a pagar sessenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros, em 1962; outro, na rua Francisco Murtatori, que pagava oito mil e quatrocentos cruzeiros, em 1961, passou a pagar noventa e dois mil e quatrocentos cruzeiros. E assim por diante.

O imposto, de água, "a pena de água" como é mais comumente conhecida, subiu em proporção muito maior e bem assim o imposto de Vendas e Consignações. Incontestavelmente, a população carioca não pode suportar essas majorações.

Dai, Sr. Presidente, o meu apelo à Assembleia Legislativa da Guanabara.

Na parte do abastecimento, como muito bem acentuou o nobre Senador Venâncio Igrejas, nem sequer temos uma COAP. Lá está ainda a COFAP, que é de âmbito federal e que, portanto, deveria estar em Brasília. Aliás, está esse órgão, no momento, muito bem dirigido por um homem portador de todas as qualidades morais e intelectuais exigidas para o titular do posto.

Há ainda os desentendimentos entre a COFAP e os produtores e em consequência quem está sofrendo é o povo carioca. No Rio de Janeiro somos obrigados a entrar nas filas. Numa delas estive durante 4 a 5 horas para obter um quilo de açúcar. Assim, fiquei verdadeiramente admirado de, ao chegar a Brasília, ver a facilidade com que se compra 10, 15 e 20 quilos de açúcar de uma só vez, no mercado, enquanto no Rio de Janeiro nada temos. Estivemos pagando naquela Cidade, farinha de trigo a preço mais baixo que a farinha de mandioca; não há feijão, o arroz está desaparecendo, e assim outros tantos artigos. Que pode fazer o Governo Estadual, se o problema é de âmbito federal e o Governo Federal não tem dado ao Estado o amparo de que ele necessita?

Dizer-se que o Rio de Janeiro se ocupou dos favores do Governo Federal, é um engano, porque tudo que o Governo Federal fez para o Rio de Janeiro, o fez com o dinheiro do próprio povo carioca.

C. Sr. Coimbra Bueno — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Com todo o prazer.

O Sr. Coimbra Bueno — Ainda há poucos minutos, quando discursava o nobre Senador Venâncio Igrejas, não tive oportunidade de apartar S. Exa., dada a exiguidade de tempo. Tanto aquele nobre Senador como V. Exa. estão cobertos de razão. Sempre entendemos que o planejamento da mudança da capital para Brasília comporta a necessariamente um segundo planejamento, este visando ao Rio de Janeiro, em função, exatamente, da mudança. Há poucos meses, quando tramitava nesta Casa proposição que concedia o auxílio de um bilhão de cruzeiros para cobrir o aumento do

funcionalismo no Rio de Janeiro, propuz, a majoração desse auxílio para três bilhões de cruzeiros. A minha Emenda, apesar de obter pareceres favoráveis, não foi aprovada. Os três bilhões de cruzeiros destinavam-se especialmente aos serviços públicos de água e esgoto, no Rio de Janeiro, evitando assim que o Governo Federal estabelecesse como norma as intervenções a economia interna daquela Unidade da Federação, que merece e deve receber tratamento igual pelo menos, ao dado aos demais Estados. O Rio de Janeiro merece, pelo fato de a Capital do País ter sido deslocada abruptamente, um auxílio global do Governo Federal, dentro de um planejamento. Sugiro a V. Exa. como representante da Guanabara nesta Casa, e ao meu companheiro de Bancada udenista, Senador Venâncio Igrejas, que aconselhem ao atual Governador a elaboração, o quanto antes, de um plano, com base na mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, através do qual, de uma vez por todas, se confirmem a ex-Capital as compensações que lhe são devidas.

Estou certo de que as Bancadas de todos os Partidos darão inteiro apoio a tal plano, que é de inteira justiça. Não há um só representante nesta Casa que não ame o Rio de Janeiro, e é o desejo de todos que seja devidamente compensado dos ônus que lhe trouxe da Capital.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Muito obrigado a V. Exa. Não há dúvida de que todo o mal teve causa na falta de planejamento. Sabe V. Exa. as grandes preocupações e as dificuldades encontradas pela primeira Comissão encarregada de Estudos sobre a mudança da Capital, justamente na parte da transferência do funcionalismo. Não obstante, os fatos se sucederam num ritmo acelerado, e, como é comum no Congresso — pelo menos neste período em que venho exercendo o meu mandato — em determinado momento, as providências eram aprovadas em regime de urgência urgentíssima, e todas as questões mais importantes foram relegadas para segundo plano. Nós — não quero criticar mas apenas anotar — fizemos Brasília, obra monumental que demonstra sobretudo a coragem e a tenacidade do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, sem nos preocuparmos em primeira mão, em construir estradas de ferro e estradas de rodagem. Transportou-se cimento, transportaram-se vergalhões de ferro, madeira do Paraná e caminhões para construir Brasília. Evidentemente que isto acarretou um aumento extraordinário no custo da obra. Nós, do Rio de Janeiro, sabemos que o Governo Federal nos legou, além de outras heranças tremendas, a falta d'água, o problema de esgotos e as favelas. E aqui, em Brasília, já vemos favelas surgindo!

Como disse, Sr. Presidente, proferi estas palavras para hipotecar minha solidariedade ao Senador Venâncio Igrejas e, ao mesmo tempo, responder a alguns dos apertados dados a S. Exa. O Governador do meu Estado, de quem sou adversário político, está evidentemente cometendo erros, como erros cometem todos os administradores, mas, o que se não pode negar é que S. Exa. procura corrigir muitas das antigas falhas. Não que somos demeritos, que temos um passivo de lutas quer contra o extremismo da direita quer da esquerda, nos solidarizemos com o Governador Carlos Lacerda pelo seu combate desassombroso à penetração comunista no Brasil publicamente, através de seus pronunciamentos.

A culpa dos erros não cabe somente ao Governador Carlos Lacerda mas também e principalmente à Assembleia do meu Estado, que votou esse imposto pavão que pesa atualmente sobre o carioca.

O Sr. Fernando Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. age com grande patriotismo ao apoiar a louvável obra do atual Governador da Guanabara. S. Exa. procura tanto quanto possível, obviar as falhas, os erros cometidos pelas administrações passadas que legaram ao antigo Distrito Federal uma situação tristíssima. V. Exa., como adversário político, age nobremente dando o seu ao seu dono e incentivando o patriotismo daqueles que procuram melhorar a situação do atual Estado da Guanabara.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Muito agradecido a V. Exa.

Sr. Presidente, terminando quero declarar que as dificuldades que o atual Governador da Guanabara enfrenta são as mesmas que encontraria o representante do meu Partido se vitorioso fosse. Os erros acumulados do passado tinham que cair nas mãos do primeiro que governasse a Guanabara.

Solidarizo-me com o Sr. Carlos Lacerda, de quem sou adversário político, principalmente quando S. Exa. chefia o movimento de reação à penetração comunista no Brasil em face da política que vimos adotando e sabe Deus para onde nos conduzirá!

Hoje, ao chegar ao Senado, recebi um livro ao qual vou ler dois conceitos que vem fortalecer os meus aplausos ao procedimento do Governador Carlos Lacerda na luta que enceta.

O primeiro deles, de Lenine, diz o seguinte:

(Lendo)

"No dia em que o mundo capitalista começar a negociar conosco, iniciará o financiamento de sua própria destruição."

O segundo de Nikita Krushchev que, em 1955, declarou:

(Lendo)

"No intercâmbio comercial damos a mínima importância às razões puramente econômicas e a máxima aos fins políticos."

Essas declarações de dois líderes comunistas vêm colocar por terra a doutrina ultimamente seguida no Brasil em prol do incremento das relações comerciais com os países da Cortina de Ferro.

Os dois conceitos que acabei de ler fortaleceram-me a animar-me a vir de público, trazer, no particular, minha condenação a um adversário do meu Partido. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Rui Palmeira.

O SR. RUI PALMEIRA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, neste fim de sessão, quero pronunciar ligeiras palavras que exprimam um apelo angustioso da gente alagoana ao Governo Federal, no sentido de socorrer, e rapidamente, suas populações flageladas pela maior inundação já verificada no meu Estado.

O Rio Mandáu encheu e transbordou de tal maneira, e com tal impeto, que invadiu e destruiu partes consideráveis de cinco a sete cidades alagoanas. Cresceram de tal forma as suas águas que estas irromperam por dentro de fábricas de tecidos das melhores do parque industrial alagoano e de plantações de cana e de cereais, ameaçando, já hoje, os próprios subúrbios da Capital do Estado.

O Governador de Alagoas mobilizou todos os recursos — os poucos, os escassos, os minúsculos com que conta o Estado — e acorreu à zona flagelada, proporcionando, com sua presença e com os recursos de que dispõe, a primeira assistência às populações castigadas.

Ao lado disso, enviou, como seu representante, o Vice-Governador do Estado, a esta Capital. E as Bancadas alagoanas, no Senado e na Câmara dos Deputados, os representantes de todos os Partidos com assento nas duas Casas do Congresso Nacional, já solicitaram para S. Exa. audiência ao Sr. Presidente da República.

Acontece que, desgracadamente, a calamidade desabada sobre as infelizes populações ribeirinhas do Mandáu ocorreram no instante em que nossas instituições atravessam séria crise. Todas as atenções para essa crise estão voltadas e ainda nem se constituiu o Governo para dar-lhe imediata solução.

Também o Governador telegrafou ao Exmo. Sr. Presidente da República dirigindo-lhe apelo que constitua verdadeiro clamor, no sentido de que sejam proporcionados aos alagoanos vítimas das enchentes do Rio Mandáu os socorros urgentes que reclamam as precárias, as tristes, as desgracadas condições em que se encontram milhares de casas foram destruídas e milhares de pessoas estão desabrigoadas, passando frio e sofrendo fome.

Dirijo daqui, Sr. Presidente, um apelo comovido ao Sr. Presidente da República para que atenda rapidamente à solicitação que, por telegrama, lhe dirigiu o Governador do meu Estado e que nós, representantes alagoanos no Congresso reiteraremos quando obtivermos de S. Exa. uma audiência. Estou certo de que providências rápidas, imediatas, serão tomadas para que se amenizem os sofrimentos dos milhares de alagoanos que a outras desgraças juntam esta calamidade tão grande que ceifa vidas, destrói casas e leva a infelicidade a todos os lares. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. SENADOR COIMBRA BUENO PRONUNCIA DISCURSO, QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. Nos termos do requerimento já aprovado, convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária especial, às 17 horas, quando será homenageado o Presidente Moura Andrade.

Nada mais havendo que tratar, encerro a sessão designando para a amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 4 de julho de 1962

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1962 (nº 2.986, de 1961, na Casa de origem) que isenta do imposto de importação, equipamento telefônico importado pela Companhia Telefônica de Pernambuco (em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra c, do Regulamento Interno, em virtude do Requerimento nº 343, de 1962, aprovado na sessão de 28 do mês anterior), dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1962 (nº 2.827, de 1961 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, a conceder pensão especial de Cr\$ 30.000,00 mensais a D. Geni Silva Viçacoua (em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra c, do Regulamento Interno, em virtude do Requerimento nº 348, de 1962, aprovado na sessão de 28 do mês anterior), dependendo de pronunciamento das Comissões de Finanças.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961, de autoria do Sr. Senador João Villasboas e outros Srs. Senadores, que altera os artigos 26, 53, 58, 61, 60, 110 e o parágrafo único do artigo 112 da Constituição Federal (Organização administrativa do Distrito Federal, composição da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal Superior Eleitoral Eleitoral e aplicação da cota do imposto de renda destinado aos Municípios), tendo Parecer favorável, sob o nº 335, de 1961, da Comissão Especial (com votos vencidos dos Srs. Senadores Aloysio de Carvalho, Nogueira da Gama e rs. trições do Sr. Senador Silvestre Péricles).

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961, de autoria do Sr. Gilberto Marinho e outros Srs. Senadores, que modifica o § 1º do art. 191 da Constituição Federal (aposentadoria aos 30 anos de serviço) tendo Parecer favorável, sob o nº 35, de 1961, da Comissão Especial.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos).

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM HOMENAGEM AO EXMO SR. AURO MOURA ANDRADE, PELA SUA INDICAÇÃO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS, EM 3 DE JULHO DE 1962

PRESIDENCIA DO SR. RUI PALMEIRA.

As 17 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira, Vivaldo Lima, Paulo Fender, Zacharias de Assumpção, Victorino Freire, Sebastião Archer, Eugênio Barros, Mendonça Clark, Joaquim Parente, Fausto Cabral, Fernandes Távora, Menezes Pimentel, Sérgio Marinho, Dix-Huit Rosado, Argemiro de Figueiredo, Rui Carneiro, Nogueira Filho, Barros Carvalho, Rui Palmeira, Silvestre Péricles, Lourival Fontes, Ovídio Teixeira, Lima Teixeira, Aloysio de Carvalho, Del Caro, Jefferson de Aguiar, Arinoldo Rodrigues, Caetano de Castro, Gilberto Marinho, Venâncio Igrejas, Benedito Valadares, Nogueira da Gama, Milton Campos, Moura Andrade, Lino de Mattos, Padre Calazans, Pedro Ludovico, Coimbra Bueno, José Feliciano, João Villasboas, Filinto Müller, Lopes da Costa, Alô Guimarães, Gaspar Veloso, Nelson Maculan, Saulo Ramos, Irineu Bornhausen, Guido Mondin. — (48)

O SR. PRESIDENTE:

Srs. Senadores, declaro aberta esta sessão, convocada especialmente para que o Senado preste homenagem ao seu Presidente, o eminente Senador Moura Andrade, pela sua investidura no cargo de Presidente do Conselho de Ministros, através de uma expressiva votação, na Câmara dos Deputados, na memorável reunião de ontem, à noite.

Para introduzir S. Exa. no plenário e trazê-lo à Mesa, a fim de assistir às homenagens que lhe vai prestar esta Casa, designo uma Comissão, constituída dos Srs. Senadores Filinto Müller, Nogueira Filho, Benedito Valadares, Padre Calazans, Barros Carvalho e Paulo Fender.

Acompanhado da Comissão, entra no recinto e senta-se à mesa, à direita do Sr. Presidente, o Sr. Primeiro Ministro Auro Soares Moura Andrade (Palmas prolongadas)

O SR. PRESIDENTE:

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Filinto Müller.

O SR. FILINTO MULLER:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, haviam deliberado os líderes de Bancadas do Senado requerer a convocação de uma sessão especial e excepcional — para terem a oportunidade os Senadores e o funcionalismo da Casa, de homenagear ao Presidente Auro Soares de Moura Andrade, pela sua indicação escolhida pela Câmara dos Deputados de modo significativo para o alto posto de Presidente do Conselho de Ministros, depois que houvesse S. Exa. organizado o Gabinete e o submetido à apreciação da Câmara dos Senhores Deputados. Entendemos, entretanto, de antecipar a homenagem, primeiro porque o pronunciamento da Câmara dos Deputados naquela memorável sessão, em que apreciou a Mensagem do Sr. Presidente da República, justificava, desde logo, esse tributo do Senado ao seu Presidente, antes mesmo que fizesse o Gabinete submetido ao referendo daquela Casa; e, segundo, porque desejávamos ter conosco, neste momento, o Senador Moura Andrade, para que recolhesse o testemunho do nosso apreço.

Assim é que, deferido o requerimento, aqui se encontram os Senadores da República e os Funcionários da Casa, para proclamar a sua grande satisfação por ver conduzido às elevadas funções de Chefe do Governo um dos mais ilustres e brilhantes membros do Senado da República.

Poucas vezes, Sr. Presidente, terá pesado sobre os ombros de um homem público no Brasil tão grande soma de responsabilidades. Todavia, o Senado da República tem plena convicção, conhecedor que é do seu presidente, de que essa missão árdua e difícil foi confiada, em boa hora, a um homem capaz de levá-la a bom termo.

O discurso pronunciado pelo Senador Moura Andrade, naquela oportunidade, foi uma afirmação categórica da sua personalidade. Tal foi a confiança que inspirou e o entusiasmo que despertou que a sessão de ontem à noite se constituiu numa das mais importantes já realizadas na Câmara dos Deputados, na qual mais uma vez se afirmou a pujança da democracia brasileira.

O Senador Moura Andrade não pôde, na sua oração, descer às minúcias do programa de Governo que vai levar à consideração da Câmara dos Deputados, para executá-lo com apoio do Parlamento Nacional e do povo brasileiro. Programa de sentido construtivo e que há de ser, ao lado disso, uma manifestação permanente de autoridade e de austeridade; programa em cuja execução se hão de empenhar todos os brasileiros, para a salvação nacional, mas sem apelos à demagogia, sem abusar do povo.

A sessão da noite passada, na Câmara dos Deputados, foi, repito, uma das mais belas manifestações de pujança da Democracia brasileira e do Parlamentarismo, implantado no País em condições difíceis, em setembro do ano passado, mas que vingou mais uma vez com grande força e há de ser o sistema através do qual o povo brasileiro atingirá seu glorioso destino.

Nós, companheiros do Senador Moura Andrade no Senado da República, confiamos em V. Exa. porque conhecemos sua atuação na vida pública. A par de uma inteligência fulgurante e sólida cultura, S. Exa. tem dado sobejas provas de patriotismo, de civismo, de espírito público e de amor ao Brasil.

Não vou traçar aqui a biografia de um homem que, ainda moço, já têm entretanto, larga folha de serviços

prestados à Pátria; quero somente acentuar, em largas pinceladas, que, aos dezesseis anos, menino apenas, pegava S. Exa. em armas ao lado das Forças Constitucionalistas de São Paulo, em defesa de um ideal. Jogava sua vida, arriscava-se a tudo, animado de um único sentimento, qual o de corresponder aos anseios do povo paulista — aquilo que S. Exa. imaginava constituir um ideal do povo brasileiro.

Depois dessa jornada épica, continuando seus estudos, completou S. Exa. o curso de Direito. Embora homem de posse, lançou-se ao trabalho, conquistando, com o seu esforço pessoal, a sua cultura e inteligência, brilhantes vitórias no campo da advocacia.

Foi nesse setor da profissão liberal que os paulistas o bu-caram para seu representante na Assembleia Legislativa do Estado, depois na Câmara Federal e, finalmente, no Senado da República.

Em todos os postos que S. Exa. teve oportunidade de exercer, sempre manteve as características de desprendimento e autoridade, que tanto o recomendam, nesta hora em que o povo brasileiro clama por autoridade.

S. Exa. foi sempre um homem fiel a si mesmo; nunca se afastou do seu modo de ser: não escondia seus defeitos nem alardeava suas qualidades. Convivemos, no Senado durante oito anos e pela correção de suas atitudes, pela dignidade do seu comportamento, e pela cordialidade demonstrada no trato com os colegas, S. Exa. conquistou o direito a esta homenagem, que visa não somente ao Presidente que se afasta para assumir alto posto no Governo do Brasil, um dos momentos mais anseios da vida nacional, mas também ao companheiro e ao amigo.

Queremos, também, dar ao preito que ora rendemos a S. Exa. uma homenagem que nos parece oportuna nesta fase angustiosa que o Brasil atravessa. Queremos que se saiba em todo o território da Pátria que o Senador Moura Andrade, ao ocupar a Presidência do Conselho de Ministros, tem a garantia da lembrança, a confiança da Câmara dos Deputados, de um manifesto de amor inequívoco, e a confiança que o Senado da República neste momento lhe outor. (Muito bem, Palmas).

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FILINTO MULLER — Com satisfação.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. diz muito bem: Auro de Moura Andrade mereceu, com toda justiça, o apoio da Câmara dos Deputados. Quero dizer, neste momento, que V. Exa. leva também para o Poder o perfeito reconhecimento de seus colegas do Senado, que terão a maior honra em apoiá-lo na sua administração. Todos nós louvamos a dignidade, a firmeza e a retidão com que se houve na direção desta Casa. Embora seu adversário político, nunca lhe regateei aplausos por esse comportamento eenho agora o prazer de reafirmar a minha convicção de que, no Governo, S. Exa. representará com a mesma dignidade, com a mesma firmeza, tudo aquilo que esperamos dele, não somente nós Senadores como todo o povo brasileiro.

O SR. FILINTO MULLER — Agradeço o aparte do nobre Senador Fernandes Távora que vem corroborar minhas afirmativas.

Dizia eu, Sr. Presidente, que o nobre Senador Moura Andrade vai assumir o Governo da República num dos momentos mais difíceis da vida nacional.

Realmente, fala-se muito e constantemente, em forças ocultas; e, realmente, essas forças existem. São aquelas que procuram destruir as nossas tradições de civilização cristã e os

sentimentos do povo brasileiro, tentando arrastá-lo, através do desespero para caminhos que não condizem com os nossos legítimos anseios de Nação republicana.

Essas são as forças ocultas que terá de enfrentar o Senador Auro de Moura Andrade no seu alto posto. Porque não queremos que o Brasil marche para extremos de qualquer natureza. Queremos construir nossa civilização e nossa grandeza dentro do equilíbrio tradicional de nosso povo, respeitando os ensinamentos cristãos que recebemos desde o berço e que marcam a formação do povo brasileiro.

O Senador Moura Andrade encareceu, no discurso de ontem, a necessidade de um combate impiedoso à inflação. Conclamou o povo brasileiro a que tenha ódio à inflação. E tem razão S. Exa., porque a inflação, que empobrece e infelicitá o povo, que entrava o desenvolvimento do Brasil, é a arma de que se servem os inimigos da democracia e da liberdade no Brasil.

S. Exa. declarou, também, que a política externa do País será mantida. Outra declaração não tinha S. Exa. a fazer ao Plenário da Câmara dos Deputados. Temos uma tradição de política externa — as gloriosas tradições de Nabuco e de Rio Branco — que vêm sendo mantidas e devem continuar através dos tempos para honra nossa porque significam respeito aos nossos compromissos, respeito ao direito de outros povos, e significam a decisão irabalável, de defendermos a integridade da Pátria e colaborar-mos para a defesa da integridade e da América.

O Senador Moura Andrade combateu o nepotismo, e fez bem a fazê-lo. Há realmente excesso de funcionários públicos no País. Nossas despesas, nesse setor são sem-limite. Uma das razões fundamentais da inflação e do enfraquecimento do poder aquisitivo da nossa moeda.

As palavras proferidas por S. Exa., em traços gerais, fazem antever o programa seguro, firme, que Conselho de Ministros apresentará à Câmara dos Deputados, para alcançar sua aprovação. E desde a hora não a certeza plena de que, na frente do Governo, a frente do Conselho de Ministros, um homem de capacidade, de inteligência e de caráter, um homem que sabe o que quer e como cumprir o seu dever, e que há de trabalhar para o bem do povo em defesa de nossa liberdade.

S. Exa. o nobre Senador Moura Andrade descende de um homem excepcional, sob todos os pontos de vista. Um homem que, em pleno Século XX, foi um sertanista, um bandeirante a desbravar sertões, a plantar cidades; homem de grande coração, de grande fibra e de um grande caráter.

Nessa escola S. Exa. se criou. Com o exemplo que teve a cada passo, S. Exa. há de, sem dúvida, acertar. Basta elevar seu espírito à memória do seu genitor, para receber o influxo sadio de um patriotismo exemplar, de uma dedicação sem limites, de uma bondade inextinguível. S. Exa. há de acertar porque ao seu lado está um anjo tutelar, que é a sua esposa, companheira nos momentos mais difíceis da sua vida (Palmas) que vibra com S. Exa. nas horas de sofrimento como nas horas de alegria. Ela não lhe faltará com os conselhos sábios e oportunos, para que acerte.

Acertando, S. Exa. estará servindo a Pátria. E o que desejamos os seus amigos, é o que deseja o povo brasileiro, é o que deseja o Senado da República.

Seja feliz, Senador Moura Andrade no cumprimento de seu dever: Sirva ao Brasil. E fique tranquilo com a sua consciência, por haver cumprido com o dever precioso do cidadão brasileiro. (Muito bem, muito bem, Palmas).

O SR. PRESIDENTE

Tem a palavra, em nome da Minoria, o nobre Senador Padre Calazans.

O SR. PADRE CALAZANS:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, tenho a honra, neste momento, de saudar o nobre Senador Auro Soares de Moura Andrade em nome da Minoria do Senado Federal.

Os romanos dividiam os seus dias de festas e em dias nefastos. Para a Pátria brasileira, é hoje um dia de festas. Celebramos, neste momento, uma grande vitória da Nação brasileira, uma vitória do povo. Do povo que elegeu um Congresso na força da sua consciência e na expressão da ordem democrática. Congresso este que ontem aceitou a indicação do nome de S. Exa. para o cargo do Governo brasileiro.

Não estava eu em Brasília; mas no rádio, ao lado de muitos amigos, ouvi emocionado, a oração que o Senador Moura Andrade proferiu. A eloquência de S. Exa. é conhecida na Pátria brasileira; conhecido também é o seu brilhante talento. Importa, porém, destacar daquela oração, entre tantos momentos de valor, talvez dois ou três pontos que marcam bem a razão das palavras que ora pronuncio. A primeira foi a prudência que imprimiu no discurso belíssimo que proferiu. Diz São Tomás que a prudência é a virtude diretriz dos chefes e dos líderes; ela cabe, sobretudo, aos príncipes e não aos súditos! Diz o doutor Angélico que a prudência é, acima de tudo, uma forma de sabedoria, e a prudência foi alta no Senador Auro de Moura Andrade. S. Exa. não deu ao Brasil uma palavra de ódio ou de ameaças, mas uma palavra firme e corajosa, que distillava, acima de tudo, a paz, a tranquilidade e a confiança na consciência nacional!

Outro ponto importante foi aquele que S. Exa. chamou de câncer que metastase a inflação que ameaçava o destino da Nação. Morre-se quando se perde a liberdade e morre-se, também, quando não se tem o pão sobre a mesa. E a inflação tem exatamente a força sinistra de ser a maior ladra do pão, principalmente o do pobre!

Por isso, com firmeza e coragem S. Exa. falou à Nação, e era isto o que a Nação esperava do Primeiro Ministro — palavras firmes, corajosas e patrióticas!

O Senador Moura Andrade demonstrou que não se combate a inflação de um golpe, embora se combata com toda a firmeza, para que a Nação não seja levada ao caos, não venha a morrer da própria cura.

Enumerou S. Exa. alguns problemas fundamentais e entre eles o da produção. Não a produção que enriquece a nossa balança de comércio e nos traz divisas, mas aquela que não deixa faltar na mesa de todo o cidadão o pão necessário à sua subsistência.

O terceiro ponto que faço questão de distinguir nesta hora, é a consciência que V. Exa. demonstrou à Nação; da maneira como iria proceder como Chefe de um Governo, como chefe de um Governo, comandando a política externa do país.

Há instantes dizia-me esta grande figura de parlamentar que é o eminente representante de Minas Gerais, Senador Milton Campos: "O governo não é o momento mas é uma longa jornada". Eu acrescento à fórmula e sab'a expressão deste homem ilustre que tanto honra a esta Casa, que "governar, acima de tudo, é servir".

Quando o Filho de Deus veio ao Templo para, no governo restabelecer a ordem, disse perante seus Apóstolos, no instante do Cenáculo quando se prostou, de joelhos, aos pés daqueles a que ele conferia o poder de Bispo e continuador de sua doutrina:

na: "Eu vim para servir e não para ser servido".

Do Senador Moura Andrade todos temos direito de esperar um governo tranqüilo e feliz. Filho da terra paulista tem S. Ex.^a, no passado, como mestres e modelos, três figuras eminentes de homem pública que serviram com dedicação patriótica à Nação brasileira: Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, este duas vezes. Tem S. Ex.^a, a seu favor, o exemplo do seu velho Pai, da sua capacidade de trabalho e tenacidade. Tendo iniciado a vida na simplicidade, humilde e pobre, com o trabalho construiu riquezas e deixou o exemplo não apenas para a sua família, mas para toda a terra paulista e para a gente brasileira.

Tem o Senador Moura Andrade, a seu favor, o brilho de seu talento e a força da sua eloquência. Tem Sua Excelência a seu favor, o ardor da sua mocidade e a flama do seu patriotismo, e é filho de uma terra que gravou em seu escudo o lema: "Pro Brasilia Plant Eximia": "Pela Pátria, pelo Brasil, farei tudo, darei tudo".

Sei que a hora difícil para a Nação brasileira; inclusive na ordem política. Mas essa dificuldade não é de molde a abater um homem reto, um homem amante do Direito, da Liberdade, um homem cheio de patriotismo!

Tem o Brasil forças suficientes que, acordadas, poderão em breve, em pouco tempo, encontrar aquele instante de tranqüilidade e de paz social para oferecer a todo o povo. O Senador Moura Andrade tem a seu lado o Povo. Um povo cristão, que nasceu sob a égide e a proteção de Deus; um povo que acordou à sombra do Altar, na Primeira Missa, e que recebeu as Tábuas da Lei moral, que vieram das mãos de Deus, as mãos de Moisés, e de Moisés a Frei Henrique de Coimbra e de Frei Henrique de Coimbra à Nação brasileira: que são a pedra da ordem moral, a pedra da fé cristã.

S. Ex.^a disse, com firmeza e segurança, em seu belíssimo discurso que ia servir à Democracia, a uma Nação amante da Democracia, com uma vocação substancial para a ordem democrática e com uma vocação de substância também cristã. Por isso tem S. Ex.^a, ao seu lado, o Povo brasileiro. O povo que não ama a desordem, o povo que não ama a injustiça, povo que é amante da Liberdade, do Direito, e da Ordem; que apenas quer os instrumentos e os meios para, também ele com a tenacidade do seu trabalho, tornar cada vez maior a Pátria brasileira.

Teve o Senador Moura Andrade, e tem, o Congresso Nacional a seu lado, pela grande e expressiva votação que recebeu, votação que é um voto de confiança e de esperança na sua capacidade e no seu valor.

Vivemos uma hora histórica para o Brasil.

O velho mestre, e pagão, Cícero dizia, que "a História é a mestra da vida". Feliz o homem que não retira os olhos da História. Quer no mundo mais recuado e mais antigo, quer no mundo do meio-dia, quer no mundo contemporâneo, a História tem páginas e páginas de lições para oferecer à Humanidade a respeito de suas tragédias e a respeito de seus sucessos.

Já os velhos gregos, Sófocles principalmente entre os tragedistas gregos na *Antígona* mostrava na figura do Córô a angústia do novo que clama, e que então oferecia ao Príncipe, que era o Rei afirmando o novo e as outras figuras que o trágico apresentava como encarnando, naquele instante da História Grega, não apenas a força da Sabedoria mas a própria História, trazida e buscada na Mitologia

E assim ele colocava na divisão tríplice do seu último verso, o que ele chamava *Catastrofe* — A *Catastrofe*, "a ordem sem saída; nenhuma porta para que se encontre a salvação."

As tragédias se constroem lentamente, pela soma de erros e pelo soma de pecados, pela soma de injustiças e pelo desprezo à própria História.

A História Moderna nos oferece o exemplo da China, na luta do Japão contra a China, e o da Manchúria, os erros cometidos pela China e depois a subvenção de todo aquele País.

Há ainda, a História, o trem que a Alemanha jogava para a Rússia levando alguns revolucionários como Marx e Lenine, não percebendo a Alemanha que, alguns anos mais adiante, este trem retornaria com revolucionários multiplicados para cortar o coração de Berlim, para levantar a muralha, sedenta de sangue e de cadáveres, sedenta de destruição da Liberdade, e para covar aquela formosa Cidade com uma dura e amarga coroa de espinhos.

E recente a História de Cuba onde os próprios cristãos, e a própria Igreja, na ilharga de um revolucionário, viram na sua boa fé, que os próprios chefes foram abatidos, apenas sobrando três criminosos opressores de Pátria e liquidadores da Liberdade.

E a História da Tchecoslováquia, é a História de tantas Nações. Mas há também para nós uma História. Sr. Presidente, a História do Brasil, a nossa História cívica, a História do Brasil dos nossos avós e dos nossos antepassados, que neste País, na imensidão desta terra, no lombo de mulas e das bestas, vadeando rios, derrubando florestas e vencendo as intempéries, plantaram e semearam cidades como o semeador de Deus, desde as praias do Rio Grande do Sul até o extremo verde do Pará e Amazonas. Não precisaram, naquele instante de tantas lutas e sacrifícios, até buscando independência e liberdade, entregar nossa Pátria, aos ingleses, aos franceses, aos americanos nem a outra qualquer nação. Não seria neste instante, em que o Brasil, apesar das dificuldades naturais de uma nação em pleno crescimento, é uma esplêndida realidade, que haveríamos de entregá-lo, de vendê-lo ou barganhá-lo com a nação norte-americana, que isto não deseja, e muito menos com aquele mundo sem liberdade, de noite apagada e sem estrelas, sem dignidade humana.

Este é o exemplo da própria História. Fica bem a mim, que sou sacerdote, lembrar, neste instante, a própria festa litúrgica da Igreja, que na Domingo passada realizávamos, com o título de Festa do Preciosíssimo Sangue. E aqui cabe a lembrança de pedir ajuda a Pascal, que nos afirmava que Cristo estava agonizante e que agonizaria até o último instante do Mundo.

Este Cristo, Sr. Senador Moura Andrade, que se encontrou com Paulo, na Estrada de Damasco, e que Paulo indagava quando derrubado do seu ginete, ergados seus olhos, procurando na noite a voz, ouviu a voz que vinha das alturas e lhe dizia: "Saule, Saule, quid me persequeris?" — "Saule, Saule, por que me persegues?" — Ele que pedira guarda na Sinagoga de Jerusalém para ir até Damasco e trazer em cadeia homens e mulheres e crianças que professassem o cristianismo, ele que foi testemunho do primeiro martírio, que foi o da Estêvão.

E a voz lhe respondeu: "Eu sou Cristo, a quem tu persegues!"

Festa do Preciosíssimo Sangue, que se estende por toda esta semana e

que é uma esplêndida oportunidade para os cristãos autênticos e verdadeiros, para aqueles cristãos que não são nem da direita nem da esquerda, porque nunca houve cristãos de direita nem de esquerda, nem cristianismo de direita nem de esquerda!

Festa do Preciosíssimo Sangue do Cristo, que derramou seu sangue junto às muralhas de Cuba; do Cristo que derramou seu sangue junto às muralhas de Berlim; do Cristo que, em silêncio, foi flagelado nos cárceres da Tchecoslováquia, da Hungria, da Polônia, da Estônia, da Letônia e de tantas outras Nações.

Ouvi, estudante ainda, em Roma, estas expressões do Papa Pio XI, no instante em que os regimes totalitários dominavam Nações, principalmente a Alemanha, a Itália, de certo modo também o Japão e parte da Áustria: "Vivemos num mundo em que só há duas posições para os cristãos — ou a posição de vanguarda, onde se morre, onde se luta, onde se é ferido e se derrama sangue; ou a posição de retaguarda, feita para os covardes, para os mutilados e para os cadáveres." E acrescentava: "Nenhum cristão tem o direito de ser covarde, de ser cadáver, e de ser mutilado."

E dizia mais ainda, com o força daquela sua coragem que — dizia um tradista — era a de um adolescente com 30 anos de idade, que o cristão mesmo pedio a cada um de nós um sentido de mistica, e que o mundo estava abatido e jogado na força das misticas: a mística da matéria, que com toda a força da sua brutalidade, vinha esmagando os povos, destruindo nações; ou a mística das raças que também oprimiam povos e nações. Afirmando o Papa: "Temos a maior de todas elas que é a mística do sangue de Deus, do sangue de Cristo".

E na força desse sangue que temos de construir as pátrias, fundamentar as liberdades e os ordens democráticos.

Também naquela época se ouvia um vozerio semelhante ao de hoje. Lembrou-me da palavra do Duce Mussolini, falando a 70.000 vanguardistas em resposta ao discurso em que Pio XI sentenciava que a paz se faria somente na liberdade, na verdade e no amor. E Mussolini dizia: "Pace, pace facciamo noi cum la punta da la baionetta".

Reboa nos dias de hoje, já dentro da América e dentro do Brasil, essa mesma linguagem cheia de força, trovejando ameaças conclamando o povo, que, com as próprias mãos faça justiça.

As nações têm pecado e os pecados das nações, dizia o Senador Moura Andrade; brilhantemente no seu discurso, são de todos e do povo é nosso e é dos governos. Por isso cabe a quem governa acima de tudo, um ato de humildade.

Nada de grande se constroi no mundo, dizia o grande Caroline, senão de joelhos num gesto de humildade.

Grande é a honra, Senador Moura Andrade, posta sobre os ombros de V. Ex.^a Grande alegria teria o seu velho pai se pudesse estar aqui para viver esse momento de orgulho para seu coração, de alegria e de festa para seus olhos!

Soube V. Ex.^a ser forte nas horas amargas. Tenho certeza de que V. Ex.^a saberá ser forte amigo do Direito, da Justiça e da Liberdade, por mais difíceis que sejam os dias. Tenho certeza de que serão dias calmos e tranqüilos os de V. Ex.^a que tem o novo e o Congresso ao seu lado, e terá por certo a proteção de Deus, que não faltará a esta Pátria.

Sr. Senador Moura Andrade já é tempo de terminar. Gostaria, também, neste momento, de prestar uma homenagem à família de V. Ex.^a

Conta-se da vida de Disraeli, que foi Primeiro Ministro do Reino Unido

lória, que depois de longa luta e combate no Parlamento inglês, já convencido, quis a Rainha nomeá-lo, oferecendo-lhe a maior honraria que a Inglaterra poderia colocar ao colo de um seu filho.

Reuniu os grandes da Corte e da política inglesa e lá chamo Disraeli quando a rainha anunciava a honraria que ia colocar ao colo do Primeiro Ministro, ele, cheio de humildade, disse:

"Majestade não mereço esta honraria. Tantas vezes, das asperas das lutas do Parlamento, nas encontros da Casa onde se fazem as leis e se discutem os problemas da pátria, tantas vezes tive vontade de recuar, de abandonar o Parlamento, de voltar à tranqüilidade da minha casa. Alguém me impediu que isto fizesse. Alguém que a Inglaterra não conhece, talvez creio que em pelo seu nome."

Aquela mulher simples que levava a lenha ao fogão, que acendia o lume que precedia à ordem da casa que cuidava dos filhos, que assistia os pobres à porta da porta, que em silêncio apagava o lume depois que o silêncio se fazia na casa era ela que dizia:

"É necessário que volte ao Parlamento que continues a luta a Inglaterra exige, a Rainha exige; é a sorte da Pátria".

E foi assim que Disraeli permaneceu na luta. Coube a ela a honra e a glória desse momento. A Rainha afastou a mística cortina, fez avançar a esposa de Disraeli e lhe colocou sobre o colo a grande comenda da Inglaterra.

Sr. Presidente foi cheio de lutas a vida de Senador Moura Andrade cheio de ardor patriótico, de amor à Pátria, fumes a certeza e S. Ex.^a mais de que nós de que não lhe falta o Anjo tutelar de que falou o nobre Senador Torquato Grossi que o ajudou com seu entusiasmo nas horas amargas e difíceis, nos reveses da vida. A ela cabe parte do sua glória neste instante, como lhe caberia também inspirar aquelas palavras simples mas cheias de sabedoria, da mulher forte que tecia a púrpura e o linho e cujo marido era decantado às portas da cidade como diz o Livro da Sabedoria. Cabe a ela também ajudá-lo neste momento, nas tentações de que, se o Senador Moura Andrade colocar ao serviço da República e da tradição histórica do cristianismo a sua eloquência, a força do sua mocidade, o brilho da sua inteligência e seu amor à liberdade e à democracia pode estar tranqüila esta Nação: democracia brasileira será mais forte e melhor como disse o Papa Pio XII. E a paz será para o Brasil, e as suas palavras não serão apenas um anúncio, mas serão realidade, para o bem estar a prosperidade e liberdade do nosso povo. (Muito bem, muito bem, fumaça prolongada).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Martins.

O SENADOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISTA DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Benedito Valladares.

O SENADOR SENADOR BENEDITO VALLADARES PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISTA DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Emi-

mente Sr. Primeiro Ministro Auro Moura Andrade recebeu ontem, na Câmara dos Deputados, não uma simples demonstração de confiança e de apoio político, mas uma verdadeira consagração.

Hoje S. Exa., no Senado da República recebe uma prova do nosso apreço, de nossa estima, e confiança.

Enquanto na presidência desta Casa, num dos momentos mais difíceis que a Nação enfrentou para sair de uma crise político-militar, deu V. Exa. bem a medida do seu caráter, da sua autoridade, do seu amor ao Brasil, constituindo-se no grande baluarte da manutenção da Constituição.

Sob essa inspiração V. Exa. teria sido, naquele momento, vamos confessar, o legítimo representante do Presidente da República, para o alto posto de Primeiro Ministro (muito bem). Mas as circunstâncias — veja V. Exa. a força do destino torceram os acontecimentos e outro eminente brasileiro veio ocupar a posição que hoje S. Exa. ocupa.

Decorrido algum tempo, e é ainda a própria Constituição, através do Ato Adicional nº 4, que leva o Conselho de Ministros a renunciar. Outros nomes foram apresentados mas o destino lhe acompanhava os passos, e hoje é S. Exa. conduzido, pelo apoio do Parlamento, ao alto posto de Presidente do Conselho de Ministros.

Assistimos todos nós, Senadores, à fala de Presidente Moura Andrade na Câmara dos Deputados. O programa apresentado — dir-se-ia — não era diferente daquele trazido por outro eminente brasileiro subornado naquela Casa do Congresso, e que não logrou êxito — o Professor San Thiaço Dantas.

Bem analisado, não é — repito — substancialmente diferente do outro nem tampouco daquele que foi oferecido à apreciação do Congresso pelo Ministro demissionário, o Sr. Tancredo Neves.

Não é diferente e não poderia sê-lo, porque temos todos consciência dos problemas brasileiros e conhecemos bem as suas causas. O que falta, o que necessita a nossa Pátria e o que esperamos é a execução, é pulso. E isso todos sabemos que o Senador Moura Andrade tem de sobra.

No alto posto a que é guindado pelo apoio, hoje popular, pela manifestação da Câmara dos Deputados, e com a homenagem do apreço dos seus colegas do Senado, S. Exa. terá de usar, dentre as virtudes que enformam sua personalidade, aquela que muitas vezes evidenciou nesta Casa, isto é, a energia no encarar os problemas brasileiros; saber dizer não, como muitas vezes o fez aqui, da tribuna.

Dizer não a um general, a um industrial, a um comerciante, dizer não a todos aqueles que acaso não enxergassem conjugado esforços no sentido do interesse público. Esta, a confiança que todos depositamos em S. Exa.

Quando ao Programa, este é bom como o são todos aqueles trazidos a esta Casa e ventilados através a palavra dos representantes do povo.

Que o nobre Senador Auro Moura Andrade, ao assumir o exercício do espinhoso cargo, quando tiver de encará-los os problemas que afligem o País leve em conta, em primazia, o dos homens que morrem no campo. Não podemos viver só a estimular, sem dúvida com possíveis razões de surto industrial. O distanciamento entre o avanço da indústria e o atraso da nossa agricultura. Se evidência dia a dia.

Leve V. Exa. como lema que no campo — neste País dito como essencialmente agrícola — está, realmen-

te, a sua pujança, a sua grande força econômica.

Os movimentos que assistimos e que muitas vezes são caracterizados como movimentos comunistas, não são senão decorrência do abandono em que vivem, aqueles que trabalham a terra, de sol a sol, numa luta quotidiana para conseguir "O Pão Nosso de Cada Dia".

Se S. Exa. se dispuser a percorrer as diversas regiões deste imenso Brasil e verificar a diversidade entre as áreas subdesenvolvidas e as super industrializadas como o seu Estado natal, então compreenderá que é preciso olhar não só os Estados que alcançaram um índice extraordinário de progresso, no desajustamento deste Brasil que poderia ser muitos Brasis, o Brasil do Nordeste e o Brasil do Sul. Esperamos da tenacidade, da energia, do caráter e a firmeza de S. Exa. a solução de alguns desses problemas, que pareciam insolúveis como o dizem muitos, inclusive o da reforma agrária. E se S. Exa. conjugar esforços, dentro da própria administração pública encontrará os meios para dar os primeiros passos necessários à instalação da reforma agrária, no País.

Receba o Sr. Primeiro Ministro, também nesta Casa, o voto de confiança dos seus amigos Senadores da República que a vêem, com muita honra, guindado a tão alto posto um Membro desta Casa. Hoje, mais do que nunca, devemos acreditar no Parlamentarismo. Assistimos à rejeição de um Ministro e à aceitação de outro, prova evidente de que o regime funciona. Grandioso foi o espetáculo cívico e político em que, trazido ao julgamento dos Srs. Deputados, o Senador Moura Andrade recebeu a consagração da Câmara Federal.

Sr. Primeiro Ministro, receba V. Exa. o nosso voto de confiança. Estamos certos de que V. Exa. realizará um grande Governo, que dignificará também esta Casa. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Barrois Carvalho.

O SR. BARROS CARVALHO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Ministros, Srs. Senadores, o Partido Trabalhista Brasileiro, se associa às manifestações do Senado da República pela escolha do Sr. Senador Auro de Moura Andrade para o elevado posto de Chefe de Gabinete, e pela aprovação do seu nome pela Câmara dos Deputados, na memorável sessão da noite de ontem.

Quem conhece o Senador Moura Andrade, o seu passado, a sua inteligência, a sua cultura, a sua bravura cívica, a sua capacidade de trabalho, acredita, tem fé, em que S. Exa. realizará um programa de governo capaz de ajudar este País a alçar-se para os seus grandes destinos. A sua passagem pela direção do Senado Federal onde imprimiu critério de elevada administração, é bem um teste de bom dirigente e de bom administrador.

Mas, o nobre Senador Moura Andrade teve o seu nome realmente glorificado em toda a Nação brasileira na crise de agosto do ano passado. A sua atuação empolgou o País. Recebeu os aplausos patrióticos do povo, deste povo ansioso pela legalidade, pela ordem, e pela meia dúzia de aventureiros desejava subverter.

A Nação agradecida está hoje, prestando-lhe uma homenagem conferindo um prêmio a seu grande e ilustre filho, e o meu Partido que, no ano passado, queria e defendia seu nome

Para o cargo de Primeiro Ministro, sente-se, hoje, feliz e regosija-se por vê-lo aclamado para a honrosa e difícil posição que vai ocupar.

Levo, em nome da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, a solidariedade, o apreço do povo que essa mesma Bancada representa, a um nobre e querido companheiro de lides parlamentares.

V. Exa., Sr. Senador Moura Andrade, desce da Presidência do Senado sob a amizade, a simpatia, o carinho e a simpatia dos seus Pares e dos funcionários desta Casa. E que V. Exa. nessa Presidência, foi nienos um chefe que um companheiro, apenas hierarquicamente em plano mais elevado, que ajudava, que servia e que estimulava. V. Exa. vai para uma cadeira mais cheia de espinhos e de dificuldades mas estou certo de que nunca lhe faltará, na chefia do Gabinete, aquele bom-senso que Deus lhe deu, aquela coragem, aquele espírito de sacrifício do velhíssimo sertanista e grande brasileiro que foi o seu augusto Pai o velho Moura Andrade, verdadeiro mestre da agricultura brasileira.

Sr. Senador Moura Andrade se um conselho ou uma sugestão lhe pudesse dar: o mais modesto trabalhista desta Casa, eu lhe diria: olhe para o trabalhador brasileiro, zele por ele que é simples, que é bom, que ainda é um pária nesta República.

O trabalhador representa para a economia de uma Nação aquilo mesmo que o sangue representa para o organismo humano. E não se esqueça o nobre Senador Moura Andrade de que na vida pública na vida particular a melhor maneira de ser grande é fazer-se entender pelos pequenos.

V. Exa. tem capacidade, V. Exa. tem, como eu disse, bom senso, V. Exa. tem cultura, inteligência e sabe, na medida exata, o sacrifício que um homem deve fazer por seu País.

Arregace as mangas com o mesmo entusiasmo com que tem feito até hoje na sua vida e vença as crises que se deparam aos nossos olhos; vença os obstáculos que não são inttransponíveis nesta Nação, vença, enfim, as dificuldades de que o povo brasileiro está infelizmente assombrado. Sr. Presidente não queremos ser prolixos na minha oração, depois de tantos e tão brilhantes discursos nesta Casa, repito, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro que represento nesta Casa, levamos a V. Exa. a nossa solidariedade. Temos a certeza e a tranquilidade de que V. Exa. atuará no Conselho de Ministros como atuou no Senado da República.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gaspar Veloso.

O SR. GASPAR VELOSO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, acabamos de ser informados de que V. Exa. tem urgentemente necessidade de curar da coisa pública, zelando pelos sagrados interesses da coletividade em cumprimento a um mandato honroso que lhe conferiu o Sr. Presidente da República e a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, nestas condições, na qualidade de Presidente da Comissão de Economia desta Casa do Congresso Nacional, vou ser breve.

Ontem em discurso que ficará memorável na História do Parlamento Brasileiro, V. Exa. expôs em cores vivas os problemas que afligem a toda a Nação. Pintou-os com a clareza com que eles surgem no momento atual e procurou, num bosquejo de programa de Governo, dar a estes males o corretivo necessário.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Economia desta Casa acompanhei com grande carinho as soluções que V. Exa. alvitrava para os problemas das cidades e do campo. Verifiquei, que V. Exa. sempre colocou sua boa vontade, sua cultura, seu espírito público, sua fulgurante inteligência e capacidade de trabalho a serviço da comunidade brasileira. Por isto estou nesta tribuna. As leis demoram e o tempo urge. A safra de arroz do Maranhão, que é promissora, que é grande, não pode chegar aos centros consumidores do Rio de Janeiro por falta de transporte; o café estocado, em grandes quantidades, nos armazéns reguladores do meu Estado e no Estado de São Paulo; o arroz de Goiás, e do Rio Grande não conseguem chegar aos centros consumidores de São Paulo e do Rio de Janeiro; nem o feijão, nem a banana; nem o charque.

Há, portanto, Sr. Presidente, uma crise que não é verdadeiramente de produção e sim de transportes, que V. Exa. pretende, como assegurou, em pouco tempo resolver. Entretanto, as leis demoram a ser feitas. E demoram porque têm que passar pelo crivo, pelo cadinho das duas Casas do Congresso. E, depois de planejadas, depois de sancionadas, grupos diretores têm que executá-las. E essa execução também é demorada, difícil.

Pensei, então, o que devia eu dizer a V. Exa., já que os problemas estão por todos resolvidos e todos sabem da sua solução. Que conselhos poderia eu, com a minha fraca autoridade (não apodados!) mas representando a Comissão de Economia do Senado, dar a V. Exa. nesta hora para nós tão auspiciosa, em que V. Exa. assume as rédeas do Governo brasileiro?

Olhei um pouco para o passado, para três ou quatro anos. E recordei um discurso memorável que V. Exa. pronunciou nesta Casa, referindo-se à crise de autoridade. E se conselho pudesse dar a V. Exa., e se alguma sugestão pudesse apresentar neste momento, seria esta: com as leis que aí temos, e com a autoridade que V. Exa. sempre teve e tem, vamos estancar essa hemorragia que entranhece e quase mata o já combalido organismo nacional.

Use V. Exa. dessa autoridade, autoridade que nunca lhe faltou, para restabelecer esse princípio de autoridade. E, com as leis que temos neste momento, restabeleça também o equilíbrio do corpo, quase exaurido, da nacionalidade brasileira. (Muito bem!)

Tenho certeza de que V. Exa. assim o fará.

Estamos tranquilos e certos de que V. Exa. não fará como aquele Rei a que se refere Camões, quando diz que "o fraco Rei faz fraca a forte gente".

Desejo, Sr. Presidente — e esta é a satisfação íntima do Presidente da Comissão de Economia do Senado Federal — que V. Exa. não aguarde as leis salvadoras, que V. Exa. não aguarde os planejamentos demorados; que V. Exa. não aguarde as sugestões que deverão aparecer, e muito, em todos os setores. Dentro da realidade nacional, faça cumprir as leis que aí estão para que tenhamos um abastecimento perfeito, para que não haja filas nos açouques, nas mercearias, nos transportes, em toda parte, e sobretudo para que não haja crises que dão, a todo instante, a impressão de que o País está convulsionado.

Que V. Exa. resolva o problema do abastecimento, dos transportes, da miséria, e sobretudo este que considero muito sério: a greve dos estudantes.

Se V. Exa. nestes sete meses que tem até o término da Legislatura, puder, com os meios de que dispõe, cumprir esse programa, terá V. Exa. feito muito pelo Brasil e pelo Mundo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Norberto Filho.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Meu nobre Presidente Moura Andrade, venho, juntar aos aplausos por V. Ex.^a recebidos no Senado da República as congratulações sinceras da Bancada do Partido Libertador. Desejamos render nossa homenagem a V. Ex.^a em breves palavras dominado que se encontra pelo cansaço proveniente dos trabalhos, a que se vem entregando nestas últimas 48 horas, no desempenho da nobilitante missão que lhe foi confiada pelo Sr. Presidente João Goulart.

Esta homenagem, meu caro Presidente Moura Andrade, como disse, será muito breve. Pessoalmente, com a mais alta das emoções é que, representante de Pernambuco, cujo povo plantou nos sagrados montes dos Guararapes o maior marco do Brasil, — o marco da unidade nacional, trago meu abraço ao grande companheiro, filho do Ipiranga, grande terra, que, pela vez primeira ouviu o brado de fé e de esperança, o maior de afirmação, que o Brasil pode escutar. (Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aló Guimarães.

O SR. ALÓ GUIMARAES:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, assomo à tribuna, Sr. Presidente Auro Soares de Moura Andrade, para juntar às homenagens que V. Ex.^a vem recebendo, neste instante, as do Paraná, pela sua Bancada nesta Casa do Congresso Nacional.

Tivemos uma vida em comum, São Paulo e Paraná seu filho dileto. Assim, na hora em que V. Ex.^a vive emoção nova, cívica e profunda, que altera e modifica o seu idealismo pela Pátria, não poderíamos, nós do Paraná, deixar de lhe trazer mensagem nova e viva, mensagem ardente e profunda por que V. Ex.^a possa, nesta hora difícil da conjuntura nacional, realizar prodígios para criar a paz na família através do progresso da sua economia.

Acreditamos, em V. Ex.^a, Sr. Auro Soares de Moura Andrade, porque nesta convivência de 8 anos consecutivos pudemos admirar, na conduta pessoal e pública do ilustre político, condições pessoais que fazem inerecedor do aplauso e da confiança da nação.

V. Ex.^a é um predestinado; predestinado porque nasceu com características pessoais intransferíveis e profundas para criar o sentido de uma vocação nova.

Na vida, os homens se definem pela sua personalidade e não só pela inteligência viva e ardente, porque a inteligência é a repetição constante dos mesmos fatos do espírito. Mas V. Ex.^a é o talento, é a originalidade, é a possibilidade de criação e de renovação. V. Ex.^a é capaz de grandes reformas, e de viver profundamente tudo aquilo que conta, que cre e vê, porque é dotado de características profundas da personalidade humana que são as condições originais do talento.

O talento é, como disse, a criação, a imaginação, aquilo que faz a coisa antiga a coisa nova, e V. Ex.^a, que é uma vocação política, que a condição do espírito alia as condições afetivas e pragmáticas, porque sabe viver pelo coração e agir pela vontade, não quer, pelas circunstâncias favoráveis que se desenvolvem, que sejam contidas as suas aflições, para que possa, então, receber, como recebe nesta hora, a consagração dos seus companheiros.

Sr. Presidente Auro de Moura Andrade, quero, também, em delegação muito honrosa para mim, atendendo a solicitação dos funcionários desta Casa, transmitir a V. Ex.^a nesta hora de grande emoção cívica, os votos por

eles formulados para que V. Ex.^a possa realizar magnífica obra de Governo.

Desejamos que V. Ex.^a possa conduzir livremente o Brasil para os seus gloriosos destinos. V. Ex.^a é um predestinado, já o disse no início da minha oração, e, como os romanos, diria que V. Ex.^a é uma figura emérita de condutores dos povos. Assim, se teria dito dos líderes que conquistaram os povos.

Sr. Presidente, em nome do Paraná e em nome dos funcionários desta Casa, desejamos que V. Ex.^a realize seu desejo de servir ao Brasil com honestidade, inteligência, originalidade, cultura e, sobretudo, com esse talento que é privativo de Vossa Ex.^a. (Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas! o orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Paulo Fender.

O SR. PAULO FENDER:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente Auro de Moura Andrade, tenho sido nesta Casa, um amigo constante da sua administração, nos tendo mesmo faltado, nas relações que mantivemos de Senador e Presidente, os atritos que caracterizam os formidáveis embates fraternos. No Senado V. Ex.^a se impôs à admiração dos funcionários, dos seus colegas e ao respeito da Nação. Mais do que isto, V. Ex.^a se credenciou como reserva de qualquer coisa nobre, grande e autêntica que não se sabia o que era e que agora se sabe.

Sr. Presidente, temos de ser breves e o seremos. Procuraremos, na síntese o que poderíamos dizer em análise, tudo o que orna, tudo que informa, constroi e edifica a personalidade rara de V. Ex.^a.

Como amigo, nenhum Senador deixará de querer-lhe; como colega, nenhum Senador deixará de lamentar a sua ausência neste Plenário.

Por ocasião do processo legislativo jamais nos faltou a sua lógica jurídica que a todos, como relâmpago, às vezes, na bruma das dificuldades do entendimento, aparecia para mostrar o roteiro.

V. Ex.^a hoje é homenageado pelos seus Pares, pela investitura no cargo de Primeiro Ministro. Como representante, nesta Casa, de um Partido Trabalhista — o Movimento Trabalhista Renovador — direi que o meu Partido está na expectativa do que V. Ex.^a fará, para pautar a sua conduta neste plenário. Mas não no-lo direi, Sr. Presidente; direi, isto sim, que o M. T. R. tem certeza de que V. Ex.^a executará uma política de Governo capaz de satisfazer a todas as aspirações.

Leio nos jornais, que V. Ex.^a está disposto ao seguinte, quando diz:

(Lendo)

"Por isso não serão congelados os salários, pois não podemos levar as vítimas da inflação a aflições ainda maiores, a sofrimentos acrescidos e ao desespero do abandono."

E' forçoso, entretanto, que o Governo e as classes mais favorecidas, e particularmente os beneficiários do regime inflacionário, resgatem perante a Nação os graves pecados econômicos e sociais cometidos, permitindo que se desencadeasse no País inflação de tão graves proporções, que nos envergonha e nos amedronta."

Adiante diz V. Ex.^a:

"Uma energia política de contenção dos preços será rapidamente adotada e o Governo se empenhará na correção dos problemas do abastecimento das populações, dentro de um plano de emergência" para a hora atual que poderá ir até à subversão,

mas também, à vigorosa e inarredável repressão aos especuladores e a quantos abusem da crise nacional para proveitos particulares."

A homenagem, que se presta a V. Ex.^a nesta Casa, hoje, não é sentimental. Ela se reveste das angústias brasileiras, refletidas nos apelos que não lhe fazemos porque sabemos estão na sua consciência de democrata.

Os oradores que me antecederam, em rápidas palavras, disseram da sua personalidade. Nela não me deterei. Apenas, como político, digo que o Sr. Presidente da República, escolhendo V. Ex.^a para o cargo de Primeiro Ministro se teria antecipado — e os desígnios da História muitas vezes não se explicam nos atos dos governantes — a decisão mesma que a Constituição haveria de dar ao im-passe criado na indicação do Primeiro Ministro. Fosse qual fosse o resultado desse impasse, o certo é que, em última instância, o Senado escolheria, na letra do Ato Adicional, o Primeiro Ministro para este País — e não tenha dúvida V. Ex.^a, o Senado da República escolheria o seu Presidente para Primeiro Ministro deste País.

Coincidem, por conseguinte, Senhor Presidente, a condição histórico-política de V. Ex.^a e o ato equitativo, sensato e patriótico do Sr. Presidente da República, quando indicou o nome de V. Ex.^a para o posto.

Isto assinala para congratular-me com a Nação. Tenho a certeza de que V. Ex.^a executará um programa de governo à altura dos interesses do povo, um programa que diminua essa tensão formidável, que adquira insensibilidade e que não fique na medida de nenhuma tolerância humana.

Que V. Ex.^a consiga, com as luzes de sua inteligência e de seu patriotismo, descubra a fórmula necessária para atuar com um Gabinete de Ministros que encontre, na classe operária, o apoio de que o governo necessita. E encontrará estou certo. E que encontre na aspiração de todos os lares, deste País, perfeita harmonia porque V. Ex.^a fará, pelo seu programa de governo, verdadeiramente esboçado, o modo de governo por quanto tanto espera a conjuntura.

Sr. Presidente, terminando o que poderia dizer a V. Ex.^a no preito que venho prestar em nome do meu Partido, do meu próprio e no do meu Estado, do Estado do Pará, nesta hora, permita que diga ao Brasil — assinalando que V. Ex.^a é ainda candidato a Governador de sua terra natal, a sua candidatura está em São Paulo, muito embora se diga, de resultados políticos, que o que certo é que os pleitos eleitorais só se decidem na hora das urnas — que não sabemos se a sensibilidade do povo paulista estava tocada a ponto de levá-lo à governança de seu Estado natal; mas temos a certeza, Senhor Presidente, de que São Paulo a esta hora, por inteiro, bate palmas à ação do Governo porque V. Ex.^a foi escolhido a Presidência de São Paulo para presidir o Governo Parlamentar do Brasil.

E' a minha homenagem. (Muito bem. Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondim.

O SR. GUIDO MONDIM:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Sr. 1.^o Ministro, na brevidade desta homenagem com que participo em nome do Partido de Representação Popular, cujo pensamento desde ontem V. Ex.^a conhece, através da palavra do Presidente Nacional do meu Partido pessoalmente, que há de ser a constante da nossa conduta em relação a V. Ex.^a, quero apenas associar-me a este instante de alegria, do

Senado da República, por ver o seu Presidente escolhido pelo Presidente da República para 1.^o Ministro, para obter, depois, como assistimos ontem, aquela consagração da Câmara Federal. Mas Sr. 1.^o Ministro, sei que V. Ex.^a me entenderá para dizer como os árabes, que mais vale uma boa ação que mil falas de amor.

No meu Estado, o Rio Brande do Sul, contam-se muitas lendas. Quando os peões se reúnem nos galpões das fazendas, seja das noites em que o minúsculo sopra, penetrando pelas frestas das paredes, seja naquelas noites em que as estrelas cantam em luzes nos espaços siderais, reúnem-se os peões em redor do fogo a ali se contam muitas histórias.

Lembro-me de uma que me impressionou. Diz essa lenda que os tropeiros, quando detém sua jornada para descanso, não devem nunca, e por ali existirem as achas semi-queimadas e as cinzas de alguma velha fogueira, não devem nunca acender fogo novo sobre aquelas cinzas, porque sobrevirão desgraças para as famílias dos tropeiros o gado, para seus negócios. Chamam a ela a "Lenda do Fogo Morto".

Sr. Primeiro Ministro, nesta sua investitura, não procure, de forma alguma, acender, ou pretender acender uma fogueira nova sobre as cinzas dos nossos erros praticados até aqui. E' isso que esperamos de V. Ex.^a, é essa a certeza que tem meu Partido, e essa a segurança que temos todos nós; que V. Ex.^a, por seu talento, por sua inteligência, pela sua tenacidade, pela sua disposição de trabalhar de que somos testemunhas através do convívio de três anos, nesta Casa, há de saber imprimir, no seu cargo, uma verdadeira renovação à vida brasileira. E então, que o fogo novo que V. Ex.^a acenderá, que crepita que incendeia, que queime, que se alastre e que ilumine, glorioso, os caminhos do nosso povo. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente Moura Andrade, o meu eminente Líder Filinto Müller, já interpretou os sentimentos do meu partido no discurso que pronunciou com a inteligência e o brilho com que sempre ocupa a tribuna desta Casa. Mas sinto-me no dever de dizer algumas palavras. Se na madrugada de hoje, Sr. Senador Moura Andrade eu resolvesse retirar-me da vida pública eu teria recolhido o maior galardão que poderia obter na minha accidentada vida pública. Este galardão que com doborada vaidade de Senador do Maranhão procuro, foi o da fidelidade da minha bancada que ontem comandada, com firmeza e vigilância, pelo Deputado Cid Carvalho, respondeu sim, maciçamente na hora da grande decisão. Quantas vezes, há poucos anos tive que conter a velocidade da marcha do Deputado Cid Carvalho, quando S. Ex.^a, pouco experiente da vida pública, não tinha ainda a cautela necessária para marchar dentro da cerração. Ontem ele excedeu a minha expectativa. Face política mais em termos afetivos do que em termos partidários. O que desejo aos meus companheiros é que eles tenham relação e brilho na vida pública como ontem tiveram e mostram-lhes que nossa força reside na nossa unidade e na nossa disciplina, disciplina que assenta no cumprimento do dever e no respeito da preferência ou do critério. Candidato encarnado o artifício do tempo como norma de comando partidário. Mesmo da planície, minha vida não se perturba no clima das alturas. Coube ontem a minha bancada coordenar o rito de Vossa Ex.^a. E o Deputado Cid Carvalho com seus liderados e o Senador Romão Archer cumpriram com exceção sua

missão que constitui uma honra para mim e uma homenagem de glorificação ao seu nome honrado que quando alçado pela primeira vez à Presidência desta Casa teve sua eleição decidida pelos votos da minha bancada. Transfiro a V. Exa. as emoções e as glórias que recebi dos meus jovens comandados e dos velhos chefes que tomam assento nesta Casa. Votamos com entusiasmo no nome de V. Exa. que enérgico, sem destemperos, grande orador, espírito metódico e organizado, estamos certos de que V. Exa. constituirá um governo que seja o espelho da inteligência e do querer de todo o povo brasileiro. *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Parente.

O SR. JOAQUIM PARENTE:

(Lê o seguinte discurso):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Senador Auro Moura Andrade, a minha bancada já se manifestou nesta oportunidade, através da palavra autorizada do eminente Senador Padre Calazans. Minha presença na tribuna se justifica na representação udenista do meu Estado, que deseja congratular-se com Vossa Exa., Senador Moura Andrade, pela alta investidura recebida ontem da Câmara dos Srs. Deputados. A expressiva votação recusada por V. Exa. demonstra a confiança com que a opinião pública de São Paulo, através dos seus mais legítimos representantes populares, recebeu a aprovação do seu nome ilustre.

V. Exa., Senador Moura Andrade, recebe neste instante as homenagens do Senado, Casa a que serviu até agora com inextinguível dedicação e plena competência. Político de larga visão e incontestável tirocinio, V. Exa. deu prova dessas virtudes no discurso proferido ontem, de modo corajoso e decidido.

Dêsse modo, juntando as nossas outras glórias às homenagens que o Senado ora lhe presta expressamos nossa viva confiança no êxito de sua missão à frente do Conselho de Ministros, eriprestando à Nação o alto concurso do seu patriotismo.

Sua oração de ontem foi recebida com o aplauso das mais expressivas correntes políticas, de modo a estimular as maiores esperanças do sacrificado povo brasileiro.

Sr. Presidente:

A Nação brasileira vive momentos de maior gravidade, empolgada por grandes e profundas crises. Se, porém, a solução dessas crises depender do patriotismo e de clareza de espírito que mereceu a investidura da Câmara dos Deputados na memorável sessão de ontem, estamos tranquilizados pela sua coragem pela sua decisão, pela sua capacidade de resistir.

Renovo, Sr. Presidente, as congratulações formuladas em nome da seção paulista do meu Partido. E, com essas congratulações às minhas esperanças de que a sua clareza de espírito e a sua capacidade de resistir, nessa manifestação emocionante, demonstra o agrado com que recebeu a escolha de V. Exa. para o cargo de Primeiro-Ministro.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Dix-Huit Rosado.

O SR. DIX-HUIT ROSADO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, é benevolente a Mesa me concedendo a palavra. Eis que, vindo a longo e longo o rol de oradores, a saudar o eminente Senador Auro de Moura Andrade, desistira de

usar da palavra, neste instante. Acredito, porém, que devo falar. Nordeste, com as responsabilidades de conduzir permanentemente a tessera que é a mensagem do meu povo, não podia deixar de vir trazer a palavra do meu Estado e da minha região a esta singela homenagem, nesta solenidade que prestamos ao eminente Senador Auro de Moura Andrade.

Falaram todos do que o Premier prolatou no seu admirável discurso da noite de ontem. Falaram que S. Exa. não disse. Sei, entretanto, que o fez de propósito, porque conheço a bravura deste homem, acompanhei sua inteligência, brilhando radiantemente nesta Casa e em outros lugares em que o vi, se erguendo na defesa dos interesses do Brasil. Sei que o fez de propósito, porque ontem era uma espécie de plataforma política mas não era o seu itinerário administrativo. Sei e compreendo e falo, neste instante, para que os nordestinos aguardem a palavra do Premier, na solução dos seus graves problemas.

Somos vinte e cinco milhões de brasileiros, e encurralados dentro da terra seca um milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados. Os nossos problemas arram estudados, mas as soluções não têm chegado a tempo, Sr. Presidente. E planejam e planejam, mas mandem imediatamente, Premier, a cataplasma, o sinapismo que atenua, enquanto os remédios heróicos chegam, e o sei, pelas mãos inteligentes de V. Exa.

Sei que, no discurso de ontem, o Nordeste não foi, por inteiro, focalizado, porque V. Exa. apresentou apenas um esquema da administração que irá encetar, com coragem, bravura e patriotismo, no sentido de elevar esta Nação, para ser admirada.

Tenho confiança na inteligência de V. Exa. Sei que o Nordeste receberá dessas mãos de paulista, desta progênie heróica que desbravou a terra, que arrancou a lavoura que feria a dilacerada carne escrava do Brasil, com a nossa cooperação, a ajuda para realizar a grande obra que os nordestinos aguardam com ansiedade.

Sr. Presidente, falaram muitos. São vozes dos vários Estados do Brasil, águas tombadas do mesmo céu que correndo por um talvege comum se lançam dentro dos estuários delatados da Federação pelas suas aspirações de civismo, de patriotismo, para alcançar os Oceanos largos da brasilidade, e por fim, guiadas por V. Exa. com a presença do eminente Presidente João Goulart, ser a tarefa realizada por inteiro, porque cada um de nós dará sua cota-parte.

Contai, Sr. Presidente, contai "Premier", contai Primeiro Ministro com nossa ajuda, com nossa coragem, com nossa colaboração, que, nós nordestinos, depositamos confiança em V. Exa. *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Caiado de Castro.

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, nobre Senador Moura Andrade; bem agiu a República que indicou o nome de V. Exa. para o cargo de Primeiro-Ministro. Bem agiu a Câmara dos Senhores Deputados que, por maioria esmagadora, aprovou o nome de V. Exa. Bem age o Senado da República que, nessa manifestação emocionante, demonstra o agrado com que recebeu a escolha de V. Exa. para o cargo de Primeiro-Ministro.

Todos sabem, nesta Casa, que não posso dizer oratórios. Todos sabem que não tenho pendor para a tribuna, preferindo os trabalhos de Gabinete.

O Líder do meu Partido já falou em nosso nome e já disse da satisfação e das esperanças do Partido Trabalhista Brasileiro na atuação de V. Exa.

O nobre Senador Filinto Müller, Líder da Maioria, meu colega dos bancos escolares da Escola Militar do Realengo, meu colega na Faculdade de Direito, meu colega no Quadro de Generais do Exército, meu colega no Senado da República e meu endereço nas campanhas que se realizaram de vinte e dois a trinta e dois, é um velho e querido amigo, já disse das esperanças do povo brasileiro na atuação do novo Primeiro-Ministro.

O nobre Senador Padre Calazans falou, como nós católicos, amantes da Democracia, confiamos na sua atuação. Todos os demais Senadores entoaram loas a V. Exa.

Perguntar-se-á, então, por que ocupou a Tribuna se todos os Senadores já falaram e se não tenho dons oratórios?

Explico a V. Exa.: Falo, Sr. Presidente, levado pela força do coração, força que nos conduziu na Revolução de 1932. Falo como aquele que teve a responsabilidade de comandar cerca de dois mil homens naquela campanha extraordinária de São Paulo, em que V. Exa., jovem, quase imberbe, deixava o conforto do lar, o amor da família para se atirar numa luta em que todos sofremos mas que serviu para demonstrar confiança em nós mesmos, respeito às leis e a Constituição.

Falo em nome desses Ex-Combatentes que também abandonaram amigos, que romperam laços de família, que abandonaram interesses materiais e amigos dedicados para lutar na Revolução de São Paulo, dando o máximo de seu esforço no sentido de fazer com que o Brasil retornasse ao Regime Constitucional.

Entre esses Ex-Combatentes, aqui está um dos mais velhos que ocupou a tribuna para dizer a V. Exa. da nossa satisfação por ver o companheiro investido num cargo de tão alta relevância.

Sr. Presidente, falo, ainda em nome daqueles que testemunham nesta Casa a luta homérica de Vossa Exa. nos dias sombrios do ano passado quando em jogo a sorte do Brasil, o respeito à Constituição.

Sr. Presidente, apenas isto me autoriza a vir a tribuna, apesar de ser pouco e entretanto o sentimento de um velho soldado que até hoje mantém a chama do patriotismo, do amor à liberdade, e do respeito à Constituição.

Como Ex-Combatente da revolução paulista de São Paulo e como Ex-Combatente do Brasil na Itália, posso dizer a V. Exa. da satisfação que nos anima por ver V. Exa. investido num cargo tão elevado. E com a confiança com que nós nos lançamos a luta em São Paulo, e na Itália, vimos dizer a V. Exa. que esperamos que imprima ao governo do Brasil o respeito à autoridade.

As coisas nos seus devidos lugares: As Sr. Presidente, é preciso colocar autoridades cabe, mandar, aos estudantes estudar e não ditar ordens ao Congresso.

Sr. Presidente, é necessário que o povo brasileiro saiba que tem a frente da administração do País homens que tem um passado a zelar e que por ele merecem nosso respeito e nossa admiração.

Nobre Senador Moura Andrade, como velho Ex-Combatente da guarnição paulista, peço a V. Exa. que não nos decepcione, seja o mesmo jovem

que se atirou a luta abandonando todas as vantagens materiais, o mesmo homem que tomou atitude varonil naqueles dias sombrios do ano passado.

Congratulo-me com o Sr. Presidente da República pela indicação feliz, e com V. Exa. pelo acolhimento recebido na Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem. Muito bem.)* *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador José Feliciano.

O SR. JOSÉ FELICIANO:

(Não foi revisto pelo orador) —

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Senador Moura Andrade, como dos mais modestos colegas de Vossa Exa. *(não apoiados)* quero prestar, em nome da Bancada do PSD, de Goiás, nossas homenagens, no calor de exaltação com que a prestaram os ilustres Senadores que nos antecederam na Tribuna, à personalidade de V. Exa. E aproveitamos, o final desta solenidade, para exatamente exaltar um dos pontos fundamentais da vida política de V. Exa. qual seja o que diz respeito ao seu amor à sua terra natal, o exarcebado amor de V. Exa. a essa grande corrente de idéias na defesa dos municípios brasileiros.

Queremos ressaltar a atuação de V. Exa. na apreciação daquela Emenda Constitucional, em que V. Exa., bem compreendendo a situação dos municípios do Brasil, de si deu tudo para que eles melhor recebessem o reconhecimento das autoridades federais.

Assim, Sr. Senador Auro Soares de Moura Andrade, a investidura de V. Exa. como Presidente do Conselho de Ministros, representa grande esperança para todas aquelas unidades da pátria brasileira, que vem, na sua ação o reflexo da situação do homem do Interior que mais uma vez, vem demonstrando seu esforço e sua dedicação pelo bem comum do Brasil.

Estas as palavras poucas que queremos dizer da personalidade de V. Exa. do seu acendrado amor e da sua preocupação municipalista, da sua vida pública, tão rica de gestos e de atos de coragem na defesa das instituições democráticas. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. COIMBRA BUENO:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, falando em nome de Goiás, terra dos Paulistas do antanho, não poderia deixar de ocupar esta tribuna para lembrar a V. Exa. como descendente de um moderno bandeirante que é como filho de Antônio de Moura Andrade, nosso admirado e velho amigo de Barretos, que V. Exa. tem caminhos certos e exemplos estoicos e dignificantes a trilhar. São os exemplos do seu venerando e saudoso pai e dos velhos bandeirantes paulistas, todos homens de ação — ação esta que esperamos também de V. Exa. nesta grave hora que o País atravessa e que exige, mais que os novos dispostivos, a dinamização das leis existentes que são mais do que suficientes para apurarem as soluções e realizações que aí estão desafiando os Governantes.

Sr. Presidente do Conselho de Ministros, Sr. Primeiro-Ministro, preli-

mos a Deus, neste momento, que ilumine o caminho de V. Ex.^a, nossa ação pronta e desabusada, em benefício da nossa pátria. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Moura Andrade. (Palmas, prolongadas).

N.º 337-62 — Em que Rubens Pinto Duarte, Diretor, Símbolo PL-1, solicita a continuação da percepção do salário-família em relação a seu filho Carlos Edson;

N.º 313-62 — Em que Eleonora Duse Villasbôas Noronha Luz, Oficiala Bibliotecária, Símbolo PL-3, solicita salário-família em relação a sua dependente Ana Lucia, a partir de março de 1962;

N.º 352-62 — Em que Antônio Augusto de Andrade, Auxiliar de Limpeza, Símbolo PL-11, solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, num total de 347 dias;

N.º 56-62 — Em que Antônio Galvão da Silva, Motorista, Símbolo PL-9, solicita contagem de tempo de serviço prestado à Polícia Militar de Pernambuco, num total de 993 dias;

N.º 348-62 — Do Serviço Médico do Senado comunicando que Maria Helena Bueno Brandão, Oficiala Legislativa, PL-8, necessita de 25 dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1 de junho de 1962;

Abonou, de acordo com os arts. 160, item 11 e 302 do Regulamento da Secretaria, as faltas abaixo discriminadas, referentes ao mês de junho de 1962:

De Jairo Brasiliano da Costa, Ajudante de Almoxarife, PL-7, no dia 22;
De Celso Ferreira dos Santos, Auxiliar de Limpeza, PL-11, nos dias 20 e 22;

De Leonel Amaro de Medeiros, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 22;
De Iracema da Costa e Silva de Castro, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 22;

De Francisco Gonçalves de Araújo, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 25
Secretaria do Senado Federal, em 28 de junho de 1962 — Maria do Carmo Rondon R. Saraiva, Diretora do Pessoal.

Atos do Diretor Geral

PORTARIA Nº 72 DE 2º DE JULHO

O Diretor-Geral, por despachos de 26 de junho de 1962 concedeu férias relativas a 1961, em virtude de terem permanecido de plantão no recesso, aos seguintes funcionários:

— Wilson Palmieri Rodrigues, Motorista-Auxiliar, Símbolo PL-10, a partir do dia 1º de julho de 1962 (Requerimento n.º 359-62);

— José Coutinho de Araújo, Motorista, Símbolo PL-8, a partir de 9 de julho de 1962 (Requerimento número 355-62);

Concedeu, ainda, férias relativas a 1960, aos seguintes funcionários:

— Adherbal Távora de Albuquerque, Oficial Legislativo,

Símbolo PL-4, a partir de 2 de julho de 1962 (Requerimento n.º 260 de 1962);

Carlos Braga, Ajudante de Porteiro, Símbolo PL-7, a partir de 1º de julho de 1962.

Deferiu o Requerimento n.º 370-62, em que José Washington Chaves, Auxiliar de Portaria, Símbolo PL-10, solicita constar de seus assentamentos o Diploma da Medalha de Serviços de Guerra que lhe foi conferido pelo Ministério da Marinha pelos serviços prestados durante a Segunda Guerra Mundial.

Secretaria do Senado Federal, em 28 de junho de 1962. — Maria do Carmo Rondon R. Saraiva — Diretora do Pessoal.

PORTARIA Nº 72 DE 2 DE JULHO DE 1962

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Izabel Magalhães Evangelista, Auxiliar Legislativo, PL-10, para ter exercício na Diretoria das Comissões;

Secretaria do Senado Federal, em 2º de julho de 1962. — Evandro Mendes Vianna — Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 73 DE 2º DE JULHO DE 1962

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Alexan-

dre Dumas Paraguassú, Oficial Legislativo, PL-8, para ter exercício na Diretoria da Biblioteca.

Secretaria do Senado Federal, em 2º de julho de 1962. — Evandro Mendes Vianna — Diretor-Geral.

O SR. SENADOR MOURA ANDRADE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Solidária com a homenagem que o Senado acaba de prestar ao Senador agora investido da função de Presidente do Conselho de Ministros, a Mesa sente que ela não foi o resultado da palavra de hoje, mas o fruto, o preparo, o trabalho de ontem.

... A homenagem preparada para o homenageado é esta, preparada através do extraordinário trabalho do nosso convívio, que ele realizou, honrando a presidência desta Casa exercida anteriormente por tão altas figuras da República e de tal forma dando-lhe brilho, eficiência e dignidade nos instantes, muitas vezes dramáticos da vida nacional. Daqui o levam não para um esquecimento, mas para as emirências da mais alta posição na República de hoje.

Sabemos quanto é penoso, quanto é difícil, quanto é complexo o encargo de governar o Brasil, nos tempos atuais. Mas esta manifestação exprime, além de gratidão do Senado pelo trabalho aqui realizado pelo Senador Moura Andrade, a tranqüila e segura esperança de que na presidência do Conselho de Ministro isto é, na chefia do Governo brasileiro S. Excelência há de dar muito mais pelo Brasil, que tem motivos de acreditar, que tem motivos de confiar, não apenas na palavra, na elegância tão extraordinária, no talento excepcional de Auro Moura Andrade, mas, sobretudo, na sua ação, na ação que o Brasil reclama, para que saíamos dessa grave e profunda crise em que vivemos. E assim preparemos um futuro que represente realmente uma correspondência das esperanças de todo povo brasileiro. (Muito bem! Palmas).

Está encerrada a sessão.
(Levanta-se a sessão às 20 horas e 25 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato do Primeiro Secretário

O Sr. Primeiro Secretário, em data de 21 de junho de 1962, exarou o seguinte despacho no requerimento n.º 353-62, em que Amélia da Costa Côrtes, Oficiala Legislativa, Símbolo PL-3, solicita trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, em decorrência:

"Não é possível deferir-lhe o pedido, sem obediência ao Regulamento da Casa. Só o médico do Senado médicos oficiais ou juntas médicas poderão fundamentar os pedidos de licença para tratamento de saúde — arts. 262 e 264 do Regulamento. Assim, junto a petição a petição de dois médicos oficiais e vou querendo".

Secretaria do Senado Federal em 28 de junho de 1962. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral, por despachos de 27 de junho de 1962, deferiu os seguintes requerimentos:

N.º 322-62 — Em que Antônio Carlos de Nogueira, Auxiliar Legislativo, Símbolo PL-10, solicita salário-família em relação a sua filha Adriana, a partir de março de 1962;

N.º 324-62 — Em que Aurisara Ramos Caiado, Dentista, Símbolo PL-4, solicita salário-família em relação a sua filha Nadja, a partir de maio de 1962;

N.º 326-62 — Em que Luiz Moita da Costa, Guarda de Segurança, Símbolo PL-9, solicita salário-família em relação a sua filha Marcia, a partir de maio de 1962;

N.º 330-62 — Em que Baldino José Teixeira, Auxiliar de Limpeza, Símbolo PL-11, solicita salário-família em relação a sua filha Marcia, a partir de maio de 1962;

N.º 346-62 — Em que Ernesto da Silva, Guarda de Segurança, Símbolo PL-9, solicita salário-família em relação a seu filho Leopoldo, a partir de maio de 1962;

N.º 351-62 — Em que Sebastião Miguel da Silva, Auxiliar de Portaria, Símbolo PL-9, solicita salário-família em relação a seu filho Luiz Fernando, a partir de junho de 1962;

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40